

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3784

Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT



Título: Relatório de Consulta Pública

Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: junho de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	5
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
7. PROVENIÊNCIA e SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

ANEXO I

Localização do Projeto

ANEXO II

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de dezembro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto **Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT**. O proponente deste projeto é Suggestion Power, Lda e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O Projeto consiste na implantação de uma central solar fotovoltaica com 99 MVA de potência elétrica de ligação e de uma linha elétrica de 150kV, com uma extensão de cerca de 3,89 km, para transporte da energia. A produção anual está calculada em 269,32 GWh/ano. Está projetada também a instalação de um parque de baterias, ligado à subestação.

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de Alcoutim.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública decorreu durante 30 dias úteis, de 26 de março a 9 de maio de 2025.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR algarve e na câmara municipal de Alcoutim;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a diversas entidades.

7. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 10 exposições provenientes de: Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve; GEOTA – Grupo de Estudos e Ordenamento do Território; ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável; CHIRO - Associação Morcegos; Cidadãos a título individual: 6.

A análise dos pareceres recebidos evidencia grande preocupação e discordância pela implantação do projeto pelos impactes significativos e não

minimizáveis que o mesmo irá induzir na floresta, na biodiversidade, na paisagem, nos recursos hídricos, na erosão dos solos.

Sintetizam-se, em seguida, os aspetos mais relevantes dos pareceres recebidos.

A **Almargem** manifesta uma posição desfavorável ao projeto denunciando, desde logo, a falta de transparência no processo de decisão, que, na sua perspetiva, privilegia os grandes interesses privados em detrimento dos interesses ambientais e dos cidadãos. Além disso, alerta para os impactos cumulativos decorrentes de outros projetos semelhantes na região, bem como para a destruição de habitats protegidos, nomeadamente montados de sobre e outras áreas com azinheiras, sobreiros, pinheiros e galerias ribeirinhas. Salaria ainda o risco para espécies ameaçadas, como, entre outras, a águia-de-Bonelli. A Almargem destaca que o projeto contraria as orientações de ordenamento do território e os planos de adaptação às alterações climáticas já existentes, além de prejudicar atividades económicas locais, como o turismo e a agricultura, degradando também a paisagem e a qualidade de vida das populações.

A Almargem defende uma transição energética justa e descentralizada, com produção próxima dos centros de consumo e respeito pelos valores naturais e culturais do território, promovendo modelos comunitários de autossuficiência energética e rejeitando megaprojetos em áreas sensíveis.

O **GEOTA** manifesta uma posição desfavorável ao projeto e alerta para a existência de seis centrais solares na área envolvente, o que agrava o risco de impactos cumulativos não avaliados. Salaria que a instalação da central afetará um ecossistema ativo e valioso, que deveria ser excluído de projetos desta natureza, e destaca que o Projeto implicará o abate de 165.900 pinheiros-mansos e 360 azinheiras, afetando cerca de 166 hectares de floresta, além da destruição de habitats essenciais para espécies protegidas, como o lince-ibérico e várias aves de rapina. O GEOTA critica a ausência de uma estratégia nacional clara para o setor eletroprodutor, defendendo que a prioridade deve estar na produção descentralizada de energia solar, menos

conflituosa e mais resiliente. Por fim, critica, também, a desorganização da informação disponível no Portal Participa, o que dificulta o acesso e a participação pública, podendo representar um desincentivo à cidadania ativa.

A **ZERO** manifesta uma posição desfavorável ao projeto e alerta para a sua localização em áreas sensíveis, como a zona Ramsar da Ribeira do Vascão, protegida por compromissos internacionais assumidos por Portugal. Considera que a análise dos impactes cumulativos dos vários projetos energéticos na região é fraca e simplista, ignorando o princípio da precaução e desvalorizando o efeito agregado sobre os habitats e espécies locais, especialmente devido à proximidade com outras centrais. Critica ainda a proposta de ações pouco eficazes ou irrelevantes, como o pastoreio ovino, que não constitui uma solução baseada na natureza nem promove a biodiversidade, entendendo que não estão reunidas as condições para garantir a preservação ambiental nem a eficácia das medidas compensatórias propostas.

Por fim, adverte que o processo de consulta pública é pouco acessível e mal-organizado, apresentando mais de 300 ficheiros com nomes repetidos, o que dificulta a participação de técnicos e praticamente exclui o cidadão comum da discussão.

A **CHIRO** realça a importância dos morcegos para o equilíbrio ecológico, especialmente no controlo de insetos, e alerta que, devido à sua baixa taxa de reprodução, os impactos negativos podem ter consequências graves e duradouras. Adverte ainda para os efeitos que a implantação de centrais fotovoltaicas pode induzir, como a perda de habitat, a redução de presas e a destruição de abrigos, principalmente em consequência do corte de árvores. Considera que a amostragem acústica realizada — entre maio e setembro, em apenas cinco pontos — é insuficiente, além de existirem lacunas metodológicas na análise dos dados e na identificação das espécies. Alerta também que o estudo não considerou abrigos relevantes nas proximidades, como o abrigo Alcoutim I, onde ocorre o morcego-rato-pequeno, uma espécie *Criticamente Ameaçada* e com o estatuto de conservação mais elevado na

classificação utilizada na Lista Vermelha da IUCN. Aponta, ainda, que não foram propostas medidas específicas de mitigação ou compensação dos impactos sobre os morcegos, recomendando as seguintes ações:

- Restauro de habitats, criação de corredores ecológicos e reflorestação com espécies autóctones;
- Expansão do período e da área de amostragem;
- Avaliação adequada da mortalidade e da perda de habitat;
- Análise dos impactos cumulativos;
- Implementação de medidas específicas para o morcego-rato-pequeno;
- Estabelecimento de um programa de monitorização de longo prazo (mínimo de cinco anos), incluindo telemetria e anilhagem, com vista à compreensão do impacto real das centrais fotovoltaicas nas populações locais de morcegos ameaçados.

Os **Cidadãos** que se manifestaram a título individual reconhecem que, embora o projeto apresente um forte potencial de produção de energia renovável, levanta sérias preocupações ambientais. Entre os principais riscos apontados estão os impactos sobre aquíferos, a biodiversidade — incluindo espécies ameaçadas, e destruição de habitats protegidos. A construção afetará zonas ecológicas sensíveis, como a Reserva Ecológica Nacional, povoamentos de sobreiros e azinheiras, habitats naturais e áreas com elevada capacidade de infiltração hídrica.

Sublinham que a área em questão é muito relevante para a fauna, nomeadamente para o lince-ibérico e diversas aves de rapina ameaçadas, como a águia-de-Bonelli e o abutre-preto. A presença destas espécies e o risco de colisão com linhas elétricas contribuem para agravar os impactos ecológicos do projeto.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão

ANEXO I

Localização do projeto

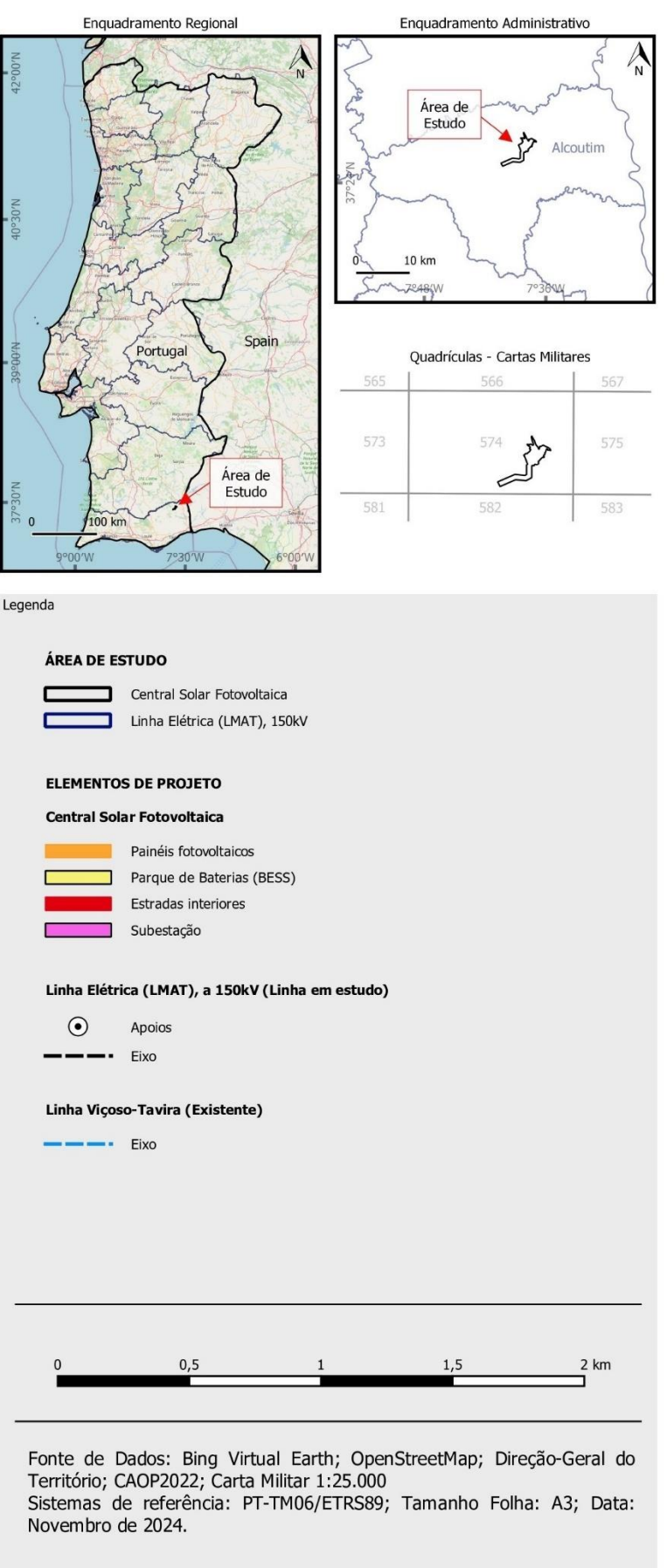
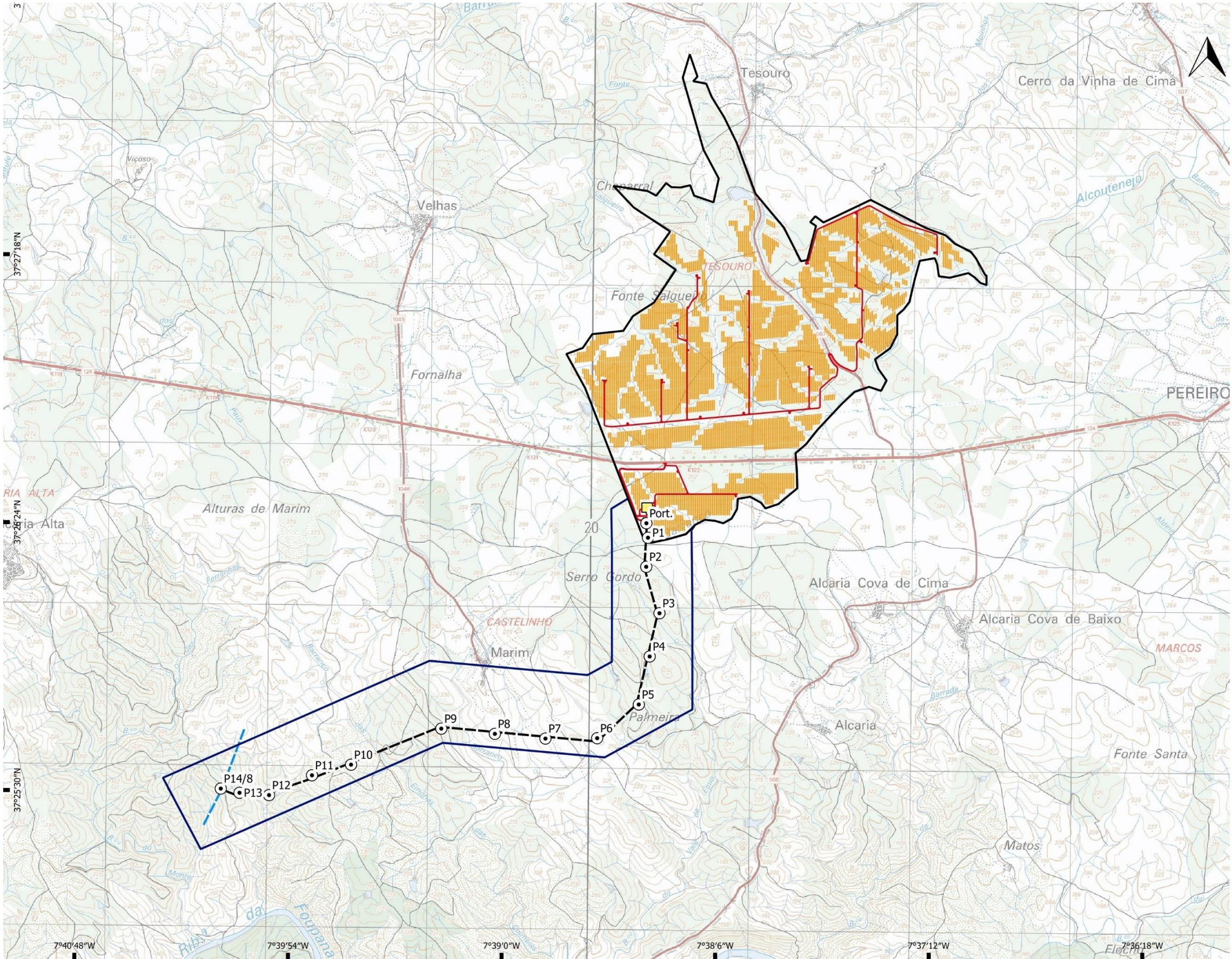


Figura 1: Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto

ANEXO II

Exposições recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT
Nome completo	Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e Linha de Muito Alta Tensão
Descrição	O projeto da CSF do Pereiro e infraestruturas associadas localiza-se no distrito de Faro, concelho de Alcoutim, abrangendo as freguesias de Giões e União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro.
Período de consulta	2025-03-26 - 2025-05-09
Data de início da avaliação	2025-05-10
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	
Código de processo externo	PL20241113010073
Entidade promotora do projeto	Sugestion Power, Lda
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	lucia.desterro@apambiente.pt

Eventos

Documentos da consulta

Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2dd9538ef58be3fa45f582dc0edd030e
---	---------------	---

Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f20821f787ef072cf3516f2e094e25aa
---	---------------	---

Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto -	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ca50ee64af9ca2990d371f6fb84b98c3
---	---------------	---

CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 2	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7c9bb2c0fd65898717096b70dd35bdbd
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=db62a9d3160e638ac545ad9cd1cb7dcd
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=88fbe33b486bb46a2156ee68287641bb
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=31c740986ffa2ad4e871030f91b2286f
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=40c5a40650e5c460bec6801941229d45
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=bc92003d9de50ca9a270f12cd96afaf4
Volume IV - Anexos - Anexo 1 -	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b268f09793566fb1271f6e119993f97d

Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=978a9092877f9ee6fd8d6c08b26627da
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fcde74e574390b28ec6a13fcf8900b9f
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=efca9a55dc65576a5c3945c1f04e32df
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ccd98dfaabf2abc8ff9583d4c2334a4f
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=681419281dfafc7e38d8c0b19e810b25
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f0f1a98898dd8dad4a0b04a659b6338c
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=64361bda8e496d62132b3f98a93fffeb
Volume IV - Anexos - Anexo	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6f6c50fb0e8c92c46785a92e14f7626e

1_ Elemento
s projecto

Volume IV -
Anexos -
Anexo
18_TRC

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8f428fd44e12f
nto 0681367b978eb0adf81

Volume IV -
Anexos -
Anexo
13_Plano
compensação
desflorestaç
ão - area
compensação

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=bd8c06741d6e
nto 651a341d06668ff542a

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
LMAT
Alternativa 1

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fba43341311be
nto c066d694a9f2b7ab390

Volume III -
Peças
desenhadas
- ficheiros
PDF

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ffa5cea31c323
nto efdca747479bdbc2f8a

Volume V -
Elementos
adicionais

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e7c2737719ff5
nto c272a4e0e2c46a48d71

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e49becc889ef2
nto b3c6821d5d489561e1a

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=bb44042b5e5a
nto 0383997c6a91a3b9c50c

Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos do projecto	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b22cd1ed04d2c1610ccf24c3c36495b3
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c71eea351c1da9dd812718c3300805d3
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f5dc57c3ad6483333ee0883adf4e7576
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 2	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4ef4cce04bce7e1dba8ce3d15c57ad01
Volume IV - Anexos - Anexo 13 - Plano compensação de desflorestação	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f68d238963b9a2ac2afe4df7d2a74588
Volume IV - Anexos - Anexo 4 - Estudo de avifauna	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b419e802a2d2d06525decfc50af54c54
Volume IV - Anexos - Anexo 10 - PRAI	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b1a6482fee0bd071e289de686c3b801c

Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b593792461505beeb589c16e2d5038f8
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3b5ab0e633f4f55199933efff0684dfe
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=541faeb08708268fa13f92b91395a778
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d2c0e6f9a7c08bb70741951dfea5063b
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a8925ac3ae7bd5a3ede66f86ab2583f9
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5b5c7eb73e23c1bcd26294ce21404e9e
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=799348d69516404232b633e101f4987b

Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2ae898d5ada6f562e5e2ef84a6766c9b
Volume IV - Anexos - Anexo 4_Estudo Avifauna	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c00afba2b9c3aca30d026960eff47fc9
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=eeb9de77d7fb440001d8eccae68b926
Volume IV - Anexos - Anexo 12_Levanta mento florestal	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9efb6198de9f781ec2770e749b412d2a
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7bed07cef44d4c978b7e073d95c9b7b2
Volume IV - Anexos - Anexo 13 - Plano compensaçã o desflorestaç ão	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=82c25bbe91f77e1379ea07505155618
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=373ccf976d246933ff24693d7805993a

Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=667197a3287c3c81afbd799c771519d
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=37f7e5c320b08fb15f8820c2b3d743e6
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f6bf0181ca282cbef865fae8a67bbe21
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a79b6610864ab759e380c1b5bfbbd13f
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1f858b1b999bbf68dbb48ff2c4f6fb4a
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b9c722f9e9aa172547a0a32c3019afa3
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d79fd2413e130c7d5359adc2766f4b09
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=43fbd3a283cddc2ee3f0ee6a9c7af01f
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cc5066ad2a89d6fa37ebd8c7e3c5ea44

Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9e71586ac768c424c8961c4a483ed7a0
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cd03dadd8cd220377532693587f678c8
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ebc6ba6011cca693fb6cc251bfe4e8fd
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensaçã o desflorestaç ão	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4184bf0437ec4e8296026c54db64de8d
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=afe35579f14c2e92a221bef35766680
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c6cf48996e5fc38478fc1d1c1dfc83a3
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=48ab4037d0bd7ff7799e82aea2a6298
Volume IV - Anexos - Anexo 1 -	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b5a087eca13979d7e3f27847d231827

Elementos de projeto - CSF Pereira	
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=eba735343de8edbeb43855cab0f9137d
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d9e4fc8fd9a916a546a9c395e322ec9f
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9fff5d215a003ddd5a812c9ce1ee1a82
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=70220ffe77003873c7334fb3d2ec9a0a
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereira - peças desenhadas individuais	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6a719a82056fb3fb61da83540004a158
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=938e48fc9b969f2c6abeeaedccd1945c
Volume IV - Anexos -	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d76418e9b17bb6cdf8eac84a8520187c

Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
LMAT
Alternativa 1
- Plano de
acessos

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
LMAT
Alternativa 1
- Plano de
acessos

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6d426feeddbca
nto 009cc27dc4c14ecde60

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ebf2c7e9c336e
nto a4851b17c48849a1d99

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=87068dad5604
nto 20f210f40b70a638225c

Volume IV -
Anexos -
Anexo 17 -
Plano
controlo
erosao

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=18be4be4b2b7
nto f0a4202aa5d4b5f5d241

Volume III -
Peças
desenhadas
- ficheiros
PDF

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f9969052edad
nto 14e71178f26b2a44dce

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=327606ef16659
nto e2a1c375c02b280d335

Volume IV -
Anexos -
Anexo

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1bf0ef45c7e38
nto 74284746cc72abb6287

1_ Elementos projecto	
Volume IV - Anexos - Anexo 8_PAAO	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5811c2005afd389938ee63261b1b7241
Volume IV - Anexos - Anexo 7 - Ambiente sonoro	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6246040970ea023d7f0bd5b52366ccce
Volume V - Elementos adicionais - Anexo 5 - Plano seguidor	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1195d660b72b1ec2843fbfb3a12a15d4
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=711e56fe28db457a3ceb484e31932e99
Volume IV - Anexos - Anexo 5 - Estudo de fauna	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a85d135b37644d6202186a087943ed01
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5d219d6a6d4d4965b1d02e27a4039bf6
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=eba4a0a60e550405b277fb9d7782bd7a
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=834bfb6c975d56fc9c7d25d8d3778c60
Volume IV - Anexos - Anexo 9_Plano gestão resíduos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8f5292d6dc432575c5147cb94c26c910

Volume IV - Anexos - Anexo 6 - Arqueologia	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fdde0124c70c85bb389b450e9a41e550
Volume IV - Anexos - Anexo 10_Plano recuperação áreas intervencion adas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=51b6a38b9e5916e5c934b1a84ec7dc26
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5996dc86b9107e293765d27953f2ad45
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 2	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6761a1cfadec9f9c403ce09593cc7c81
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=500876e749e6b28b6a10961c0d304d95
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=18b63e87afb946c7915652b687fbadb9
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6780afab3feb9eb2e06584b25f84d9cc
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=acdd67ca6a60fc7460a581063d26e56a
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5225cfce58380ba69d449858e95fbd62

- ficheiros PDF	
Volume III - Peças desenhadas	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=606c46a19959f nto 01c40124ec1a6fc0abb
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d794d1a94d86 nto 1267080f5d5f0eec7e5a
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=63708f88c966c nto d57d4c2f8b782b8b48f
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a271b8751a07 nto 149e01d2025c8eaf2589
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9c9e2db8b185 nto 697d90dae4e76b9b8235
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=42a894f8aeb62 nto 5e8db4448909659d3ed
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto -	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=43e101ce2091f nto 62008d55efa850ae2e3

LMAT
Alternativa 1

Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=dc69eb3fecb7b8f96cef913efa7fe3e4
Volume IV - Anexos - Anexo 9 - PGR	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=639b17683776b3e263054b98aa20233c
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ff1f42bb7ecda b5d8d7592d04dfff33d
Volume I - Resumo nao Tecnico	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=507c88995f0f151672743259f441b8d0
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2dab5d3349bd eff248e9559b83ecb561
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c4c51daebff3cf6e58ddc04293b2b30b
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fa5618243c1df9b153badb4728aba924
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1f861201bb9cb5c896adbd8d91edaca9
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=de2218e669e772e36e86fbc100d2a22d

Volume V - Elementos adicionais - Anexo 2 - Perfil LMAT Alternativa 1	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=42aedbcb5a821c449150c76abbb139a2
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=56d7bd66ba71819fbc6bee18183377c8
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=dda26c66cc32d9d159382d4233ea847d
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=839993d78ad1724408e05caf0eade07
Volume IV - Anexos - Anexo 7 - Ambiente sonoro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=bec564bb84ee6f8a17299112d60f2b34
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=868681d5f23f203fbfb638c4aac10e58
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=15d3758ffd0cad691e0f1fff0d6e2061
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=669937a62bfbc61f564843400e228c3

- ficheiros PDF	
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b3b1ffe44dba1beaef1bb3afa79781c9
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=12c332af6a36d54e98e0442f84de5d1b
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensação desfloresta ção - area compensação	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f833cd19a3f9b2b1656def4d477dbfce
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=558bc4b0b1db64a5aa50776db4f70d50
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b45f07e3b059b7e9c22bb998d2c53a85
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d790b10bdd3ad019547776a0ddf5c6cb
Volume IV - Anexos -	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ab82650c2b2e263adb45da001db7db92

Anexo 11 -
PAB

Volume V -
Elementos
adicionais -
Anexo 1 -
Ofício

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=af8810dd97b2b
nto 81adb241258495461e3

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2d246663ecd1
nto 2fae9d45c342d407c986

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
LMAT
Alternativa 1
- Plano de
acessos

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ccb8cb7856510
nto 3ded7be656d5ea20844

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=56fdb1b4e9e51
nto b2c205cfc6ce415d80d

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1e80daf4c0639
nto 3609c557104749228c

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cad987f5fd7f8b
nto 81878a4774ca019085

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9e943a8d9b2b
nto d70293d8c23311ac6ef5

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a2e3bfd0a5a81
nto 60afdc8a20e3601e905

Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensação desflorestação	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=52e302f5f87deddf0efc0b98a3891244
Volume IV - Anexos - Anexo 1_Elementos projecto	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=63791f0fa8842a415df43af0fe427f85
Volume IV - Anexos - Anexo 1_Elementos projecto	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=23623b2d803d296724468acf4c011146
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4c32c895fa500b24484ae7c0e5dc387b
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8e44d4d44a5db166548fe17e1980d017
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=32dee890acf7a6a1640a5a03bd2da465
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensação desflorestação - area compensação	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a6abfaa82f1d28ca20e3ba4e1a79b8ea

Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=67918711837e0285b80061a4c572b76
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cead499bbf5bf90d60131f003233e3a9
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b2184879254eaa3d701ad99f73a4b829
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e5110db47b1473854507b4d7ecf4bd70
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ce1facf8faa6a386957d31dc03579cdb
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensação desfloresta ção - area compensação	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=262eff07791f3566a0a459fc489f9712
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a1cb41e7890a02105e7f72d3894c620
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensação	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=426557d44b81048f4ff932caf7e53039

o
desflorestaç
ão - area
compensaçã
o

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
LMAT
Alternativa 1
- Plano de
acessos

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ef2e4ee0af27b
nto 4fa378cebe98f49572a

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=12d123f3c13b8
nto cc2f73ac3b4ab542807

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ec72aa7cec254
nto 7a1054c30c7e1d8319e

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f38cffd26a1a81
nto f2fbb04d5426577ef9

Volume IV -
Anexos -
Anexo
1_ Elemento
s projecto

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3a3c7a3ef2c5a
nto 5bfcc990f3fbc200d54

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=241d5a077198
nto d00491dcbc6a05d7287

- ficheiros PDF	
Volume III - Peças desenhadas	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=125d40ff031d4a401fe50cd10f72feb nto
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=459ed220959a01aee24746bec93d9f3c nto
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6ab46a0c4d1536539c7a049b28ced16c nto
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensaçã o desflorestaç ão - area compensaçã o	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4b5c319016d016fe2f33f889d89d9566 nto
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1ff35fbd210f8f4c0d27276f54798505 nto
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a0b8507fa0a81a5c5d6bf308ba363ac4 nto
Volume III - Peças desenhadas	Docume https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=af059db456f25cef909f02ab39ea0f74 nto

Volume IV - Anexos - Anexo 17_Plano controlo erosao	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b6771b74e7220b8e56ca7633396e76a6
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=907df0202f47181618f7ed0f36b457c7
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=47b7b61b362f172c841f508ce0861abd
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a9902dae5e4588492c9df91823b37e22
Volume IV - Anexos - Anexo 8 - PAAP	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b1d1b8affa1ab93d91f6b6387c686e76
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensação desflorestaç ão - area compensação	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6162a641b05765b1c68afae93d9db3dd
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cd6c10d27abda9fa94902c311e9fee85

- Plano de acessos	
Volume IV - Anexos - Anexo 13_ Plano de compensação do desflorestamento	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=27e6e8ad41f5aaade6d5ae5fb55f1ea4
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ca1cb58c02188d6462498600a5723238
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7b85f413eb795966263d614d6c5658fb
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e146409298c85f5dc4ace396a6f708eb
Volume IV - Anexos - Anexo 14_ Projecto de envolvimento da comunidade	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e367fa9ff30eda37d90fb00a26511921
Volume V - Elementos adicionais - Anexo 6 - TURH charca	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f6ed75ff4ea7b74e824575c37eb814ab
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a4813f78ce879b3f44ca97c9e6f9509c
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7634896f2ea545807752bd2bf96821fc

Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4d69bcebf98d48b168e127ca9d92ef3b
Volume V - Elementos adicionais - Anexo 7 - Plano de estaleiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9a71b1decc1c1993e7c81d16c245dab0
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=55527b233876263b6848e7494360250d
Volume IV - Anexos - Anexo 11_Plano ação biodiversida de	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1b41edc077f3161869a1fdcce2c77f76
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3b80f1067a1ecaf3026152c2386efe30
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e26a74153c0fcf6c71fac6aac928fa0c
Volume IV - Anexos - Anexo 11_Plano ação biodiversida de	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=216ba43b5d06d71cb0d688f9449bff88
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b44e30ce0e4eb0bb5e2b216f46b0f176

Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6587abd0c2ddb6d666cbd0f744dfab08
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensaçã o desflorestaç ão	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9db6d0703767fd2f33079a013b82f6a5
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d9656698e548f423a448b1f6adc7b75d
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5e769658db2b9dd0a50b703e63f86478
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6855473f93d43528748caa78b6ef1842
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=44b3f0f355208ca775abbcfdfc41c676
Volume V - Elementos adicionais - Anexo 1 - Ofício	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=10912e543997f49c2f1a21826296afdf
Volume IV - Anexos - Anexo 14 -	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e03539b427b615be7c5c1d42cc8687db

PIP - Desenhos	
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e7103c3cfc30142aa71c3a3ce4e78570
Volume IV - Anexos - Anexo 12_Levanta mento florestal	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d371fb110ff203db3831d95ef2a7ea18
Volume IV - Anexos - Anexo 1_Elemento s projecto	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=bf4aa30fef3dde73fc7cf6817b5e554
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=97b97ffc65cc667de91859690d8081ea
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7885b2c3510f809acbfe8ea68bccc4b9
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=af34e5239b442777673da82c93929333
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8c33b469cdd48ed7509fcac2a5eb0dda

Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ef1a7adf46172c7dc1ab53f86af7db99
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=aecccaee7ceb222b1d9008b5883b2ffc
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=41780ee14a14b3cd013831a7454609a1
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros - ficheiros georeferenci ados	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7ade5502938e3db977a24e3588e55f20
Volume IV - Anexos - Anexo 2 - Correspondê ncia com entidades	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8ab53d84398053fcb5a75a03b21ad745
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=43b663880200826020fe981e5086f4a5
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensaçã o desflorestaç ão - area compensaçã o	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4a59c65438a034f5890cc0fa3b8b5f39
Volume IV - Anexos - Anexo 16 - Ocupação	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=de1c826efd4cd2bb8dc31bda39934f16

dominio
hidrico

Volume IV -
Anexos -
Anexo
13_Plano
compensação
desflorestação

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6b6e4951644061fe4f5d4b6b86554923>

Volume III -
Peças
desenhadas

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=86a058b16fb5205afaf69e688b26394a>

Volume III -
Peças
desenhadas
- ficheiros
PDF

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4542157b6a24197d5c4586aeee93c342>

Volume IV -
Anexos -
Anexo
13_Plano
compensação
desflorestação

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=de2fd9e69d31817c011a52ba110fbb19>

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=dbbcd74f7309cd356be24eb64d79d2c8>

Volume V -
Elementos
adicionais -
Anexo 3 -
Perfil LMAT
Alternativa 2

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=69cab1f80ced9334d7f82ac9d2c8600b>

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=71e446662bfed4263cce2e432b7bb649>

de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9f62b6ee400c92f5d31214917e52270b
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=80d34c35679d318e05c1a3ba48046475
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ab0313a0debd9aa3c8419d551fa2de87
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2efde51b399839d46d4b32856857f9a9
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5190b1bd9b501972fe80d8dfbeed8057
Volume IV - Anexos - Anexo 3 - Ecologia	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e7bcdb5a910726e1a8961250d9ede10f
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b449e191828b5b0d140fa45ca96371a5
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9ac4c753a75742f5e53b3cbe21571886
Volume IV - Anexos - Anexo 1 -	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=60faf2780a3209f76038194b431b1e5c

Elementos de projeto - CSF Pereira	
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1988946d415591aebbce43a2c4a90395
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=10eeb8ce6ed7658b916244915310f91b
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=38454768fff4b2e862ad6a0b8fb0d3ea
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elementos de projecto	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f004e71e5180f5cc8c975a29ada21561
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=95769f6c5604d896f2fc27be26569fc1
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elementos de projecto	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=436bcb153fa13f60c05536d9010416a1
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=efee47a6f5064fcb54b34b17a088c3ac
Volume IV - Anexos -	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ef28c87436421d32e491c29c737b1595

Anexo
13_Plano
compensação
desflorestação - area
compensação

Volume IV -

Anexos -

Anexo 1 -

Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b035ddcbd2d3535abfae8aa9725286bf>

Volume IV -

Anexos -

Anexo 1 -

Elementos
de projeto -
CSF Pereiro

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ab2740ab9cbf47c36f0bfb9002aa7171>

Volume IV -

Anexos -

Anexo

13_Plano

compensação
desflorestação - area
compensação

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=62a5e63019b2f50c1fcc137f7929c367>

Volume III -

Peças

desenhadas

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ab51fde731f0394da66f7a5ceead0fd4>

Volume IV -

Anexos -

Anexo 1 -

Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4eafbb0347b580bf22ca29931d051d9c>

Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e0093727ba6676321089d5a107c72130
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=82fcff2effaaa858a3f394404c4e7315
Volume IV - Anexos - Anexo 7 - Ambiente sonoro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=996721bcfdf09c47a85a8253e5ec59ac
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - ficheiros GKPK	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3cc2f791b74ac4536b79645d01999b93
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a1c1d6aa5e068623460a48baa52d0ebb
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e11d077feb78d98566e77949b2c03597
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7ca3a47aaf3a9a5d528fc2860cc4e47e
Volume IV - Anexos - Anexo 14 -	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=17f4cecead18011ff424a6f818301d04

PIP - Desenhos		
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=103aac7fe3fda
dba1cf457048dd2c390">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=103aac7fe3fda dba1cf457048dd2c390
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=557c56d294bf2
792cbc70538c5bd67c4">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=557c56d294bf2 792cbc70538c5bd67c4
Volume V - Elementos adicionais - Anexo 5 - Plano seguidor	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fb9a1906c29be
61da098e419b4e4aeed">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fb9a1906c29be 61da098e419b4e4aeed
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7c460ead8aae6
5f74ba9a4c5f1006aa">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7c460ead8aae6 5f74ba9a4c5f1006aa
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=775955f3b3430
382ebc014955a3bf784">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=775955f3b3430 382ebc014955a3bf784
Volume V - Elementos adicionais - Anexo 4 - Parecer REN	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1c6d69739946
7421540ebfafb4d70317">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1c6d69739946 7421540ebfafb4d70317
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cc2f3a373efd5
882c17bd9f28500a792">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cc2f3a373efd5 882c17bd9f28500a792
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b8f1f67ee41e9
be59b72aed48bab7ace">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b8f1f67ee41e9 be59b72aed48bab7ace
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano	Docume nto	<a href="https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=619a677d8d22
2282377d452ed6def674">https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=619a677d8d22 2282377d452ed6def674

compensação
o
desflorestação - área
compensação
o

Volume IV -
Anexos -
Anexo
1_ Elementos
s projecto

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=963bb52411eac61f6657b89807c0b0ef>

Volume IV -
Anexos -
Anexo
1_ Elementos
s projecto

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=16b4e3aa797d5ec55e4cfe1b7e32d172>

Volume III -
Peças
desenhadas
- ficheiros
PDF

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d68163f372bd426fa24524f290f61c75>

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=94089db74792d387688e01e571b1740>

Volume IV -
Anexos -
Anexo
7_ Ambiente
sonoro

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c4b088a675a6cfbfd14d1eefd2bca0fe>

Volume IV -
Anexos -
Anexo 5 -
Estudo
Fauna

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1dbb3e768310728270e866da377626ff>

Volume II -
Relatório
Síntese

Documento <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6ec35d0625277446405fb3c5261a24fc>

Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=86f8adf30658b7c8a9fc68d2b1828cbc
Volume IV - Anexos - Anexo 16 - Ocupação domínio hidrico	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fcce00c78597081b4272092fc4b195ab
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c6526da981c5611f501220aae4794e02
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=55227f86e1b21a17a8c43b1ca8ca6e1c
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8d3837bb5e17bf520cfb54aa9a001fd1
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=880e46e66d229335700ffd2d9f592946
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=85bad868b80675c28e9a9e617a3ab460
Volume IV - Anexos - Anexo 1 -	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a2a663ccbd7a33c5ce5d90b749d0a504

Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	
Volume IV - Anexos - Anexo 2_Contacto entidades	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=832259443eb0718a5be378ed10306f3
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1a81f233a52ee963dc87ca943486b144
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7ed9f50a61336dbdb0bfdc2fec6eb4f6
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b9787507184cbe3f86ee96b8d4998ff9
Volume III - Peças desenhadas	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=141b71ac91903844ed7d550f58a351b7
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Planos de compensação do desflorestamento	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fed5649fbce970780f5076c642091616
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Documento https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2a4fe42f169ec78247c2c72027bcca6d

Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=41b0c57f85667a39b57e0850c4f26ef2
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=81ccf7bc5934f2c595a85771d019cad6
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9f2c5fc66c09f8b17d33d67904c26ac8
Volume IV - Anexos - Anexo 14 - PIP - Desenhos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c6a69a61c81c2dfcfe69b06c6d765a4e
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=330ab73e73045795929805d963786ba4
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=152137e66494e93a5b9071294eb4a96f
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1f99aac2bb001cdb8725501a3283091b
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=850c029a55e47eb3d0853075780dfd56

Alternativa 1 - Plano de acessos	
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1 - Plano de acessos	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2010bddefac76f6ba5b5f29fb1b5bd57
Volume IV - Anexos - Anexo 6 - Patrimonio	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d157a1cc153815a0c8a1f001f2b012a0
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3869caca1db63159624ef4a18cf2348d
Volume IV - Anexos - Anexo 1_ Elemento s projecto	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=98c165f6ffa1fce1f48b02864ce34350
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - LMAT Alternativa 1	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a0ff0033cfd4670d404a70f2d719f4d7
Volume IV - Anexos - Anexo 12 - Levantamen to quercíneas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=eca2e8034c3afe3ae95ef42b33070697
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto -	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3aa7d3b4d3ab7707fdf0440bf31feb2d

LMAT
Alternativa 1

Volume III -
Peças
desenhadas
- ficheiros
PDF

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=71032cc1baf81050faf98fff065e4fde>

Volume IV -
Anexos -
Anexo
13_Plano
compensação
desfloresta-
ção

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4e3ccab3fd803c6489158e7cb72a9d01>

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=77b3eabb053447b3e6994536357bc75f>

Volume III -
Peças
desenhadas
- ficheiros
PDF

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=aa26d240a241bc1a124f92d65be9e770>

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4d6d36f36cb73697aaa421f1af633c3f>

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro -
peças
desenhadas
individuais

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e3b7e4bd3f5ffa792a69955ceb075a51>

Volume IV -
Anexos -
Anexo 1 -
Elementos
de projeto -
CSF Pereiro

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a92137ee72ec27f4906cc269ef516958>

Volume III -
Peças
desenhadas

Docume <https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e8241de80b596338ad0badd7e0835bea>

- ficheiros PDF		
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=63b204c2f3dc17f5808f1bda3232aef8
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=aec70b5001aa6a8f8803b4951e342e47
Volume IV - Anexos - Anexo 3_Ecologia	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=60ce9fcfe39ec172631ac0454c197ef2
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=24a518fd65ea6d1788409d88efd01313
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e809661a0818438a336dc3d192933846
Volume IV - Anexos - Anexo 14_Plano integração paisagístico	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d7d94bdad63328712d0f67cf6deff366
Volume IV - Anexos - Anexo 1_Elemento s projecto	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ca234f99326868fc720138c98e79c8c0
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=11db4b5a260b45bd8c01563f65ee9cf5
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6e61d5ecf39a2f3cc1fb9d871855aaa6
Volume IV - Anexos - Anexo 14 -	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5f476ce9929420170faa603e69154d0d

PIP - Desenhos	
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6a62cb9c50389d9815be18250323aeda
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3b3e773be5cd8a71fc465e52a93df881
Volume IV - Anexos - Anexo 1 - Elementos de projeto - CSF Pereiro - peças desenhadas individuais	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=53d695cc4893ac1e6cfce6f667584c6f
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fe420be48578ca572f3bdc0fd8ea7744
Volume IV - Anexos - Anexo 13_Plano compensaçã o desflorestaç ão	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=96a4f52f77e4c6f327f51da3caec25ca
Volume III - Peças desenhadas - ficheiros PDF	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=870fa5296ff051d679a9676f06cde9b3
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=17fd7c46ae34c4aacdcf5f0eae209d55
Volume III - Peças desenhadas	Docume nto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c364205828692b396692d3ad2cd0b95a

Nº Participações	10
Nº Seguidores	18

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	1
Discordância	9
Geral	0
Proposta concorrente	0
Reclamação	0
Sugestão	0

Participações

ID 84809 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-05-09

Comentário:

A descrição da situação de referência do grupo dos morcegos é aceitável tendo em conta os objetivos propostos, mas considera-se que deveria ter sido mais robusta, nomeadamente ao nível do período de amostragem (março a outubro e não apenas de maio a setembro), do número de pontos de amostragem e da área de prospeção/monitorização de abrigos (raio de 10km ao redor da CSF). No EIA, a avaliação de impactos deve incluir a mortalidade e alteração de habitat. No EIA, a análise cumulativa dos impactos deve avaliar para a fase de exploração, os impactos potenciais dos diferentes projetos de energias renováveis existentes ou em avaliação na área de influência da CSF, para além da mortalidade potencial nas vias de comunicação. Esta deverá ter em consideração que o abrigo Alcouthim I próximo contém um elevado número de morcegos-rato-pequeno (*Myotis blythii*), uma espécie Criticamente Ameaçada, com o estatuto de conservação mais elevado da Classificação usada nas Lista Vermelha da IUCN. Esta espécie encontra-se em declínio acentuado e contínuo do número de subpopulações, do número de indivíduos e da área de ocupação. É uma espécie considerada muito frágil e que por ser colonial nas épocas de hibernação ou reprodução torna-a muito sensível a problemas que possam ocorrer nos poucos abrigos que ocupa. Também consta nos anexos B-II e IV da Diretiva Habitats, pelo que de acordo com o respetivo diploma legal, é proibido “deteriorar ou destruir os locais ou áreas de reprodução e repouso dessas espécies”. Ademais, são

muito poucos os abrigos conhecidos desta espécie e localizam-se na região do Algarve ou de Trás-os-Montes. No EIA, recomenda-se que sejam implementadas medidas de mitigação de perda de habitat e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos. Recomenda-se também que sejam implementadas medidas de compensação direccionadas para o morcego-rato-pequeno, nomeadamente para a promoção de áreas de alimentação adequadas para a espécie, para compensar a elevada área afetada pelos projetos de energia solar fotovoltaica e eólica existentes e projetados para a zona. Deverá ser implementado um plano de monitorização para os morcegos, que complemente a falta de alguns dados na situação de referência, e se prolongue pelos três primeiros anos de exploração da CSF. Este plano deve incluir a avaliação de alterações na comunidade dos morcegos da região (diversidade e atividade, quer na área da CSF como em abrigos) e a eventual mortalidade com as infraestruturas do projeto. A monitorização da mortalidade potencial de morcegos deverá ser realizada nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de Março a Outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção). No que diz respeito ao abrigo Alcoutim I, este terá de ser alvo de monitorização frequente, para quantificação do número de morcegos-rato-pequeno que o ocupam e da sua diminuição ou manutenção ao longo de um período mínimo de cinco anos.

Anexos: 84809_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_CSF_Pereiro.pdf

Tipologia: Concordância

ID 84808 Ana Moniz em 2025-05-09

Comentário:

Qualquer projecto da dimensão do presente tem impactos muito negativos, incontornáveis e não passíveis de compensação, a vários níveis: 1. Solo: conforme levantamento efectuado, cerca de 70% dos solos da UE estão degradados, estimando-se que em PT "60% têm pouca matéria orgânica e que se perdem 20 toneladas de solo por hectare por ano" (Teresa Pinto Correia, UÉvora, cfr. Expresso, 21Ab23). A implantação de parques fotovoltaicos de grandes dimensões passa por destruição/erradicação do coberto vegetal, com diminuição imediata de biomassa e diminuição de capacidade da sua futura produção. Isso traduz-se em diminuição de captação de CO₂, menor captação e preservação de humidade, prejuízo para alimentação de aquíferos, subsequente aumento de erosão e desertificação, sempre em ciclo fechado. Qualquer tentativa compensatória de reparação de algum coberto vegetal na área afectada implica recurso a rega, num País cronicamente afectado por seca e escassez hídrica. 2. Biodiversidade: afectada directamente pelos aspectos de 1. crescendo o efeito da interrupção de corredores/áreas de circulação, alimentação e reprodução da fauna (nomeadamente como resultado de vedações e permanência humana). 3. Paisagem, com efeitos adversos quantificáveis na área do turismo e com impacto social, diminuindo o bem-estar e conduzindo a abandono acelerado pelas populações e a não fixação de novos moradores nas áreas afectadas. 4. Aquecimento global: pelas suas próprias características, o equipamento fotovoltaico contribui directamente para aquecimento do solo e da atmosfera; a erradicação/diminuição de coberto vegetal traduz-se em menor retenção de humidade nos terrenos transformados e menor transpiração para a atmosfera, logo, diminuição de humidade - contribuindo para seca crónica e desertificação e, naturalmente, para o aquecimento global. Devem ser privilegiados o auto-consumo e as comunidades de energia, nomeadamente industriais (com a vantagem de menores perdas por transporte da energia criada). Deve ser privilegiado o uso de espaços já artificializados/"humanizados" - telhados, parques industriais e envolventes, parques de estacionamento de exterior, laterais de

estradas e auto-estradas, espaços urbanos e semi-urbanos. Quando esgotadas essas possibilidades, não devem ser autorizados senão centrais fotovoltaicas de pequena dimensão, sempre com painéis "agrovoltáticos", a pelo menos 1 metro do solo, painéis "inteligentes" e não estáticos, próximas dos centros de consumo. DEVE haver regulação legal global da implantação de centrais fv, apoiada no estudo do LNEG, a atualizar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84807 Carlos Alberto Alexandre Cabrita em 2025-05-09

Comentário:

Este projecto é enquadrável na "Produção Centralizada" de energia. O rendimento da produção não tem repercussões no desenvolvimento territorial, social local. A produção destina-se a fornecer as necessidades (muito longe daqui) crescentes de energia, do actual modelo de "transição energética". Modelo de transição que infelizmente, não tem repercussão, num modelo de transição económica. Os impactos ambientais deste projecto no território do Nordeste Algarvio são significativos. Contudo o território ficaria melhor, com um modelo de desenvolvimento, cujos recursos desenvolvessem o território e o meio local. Em conclusão a "produção descentralizada" de energia é a forma de produção de energia renovável que melhor contribui para assegurar a "transição energética" e o desenvolvimento do território. A "aposta" deveria ser por esse modelo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84806 GEOTA em 2025-05-09

Comentário:

PARECER DO GEOTA NO ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA DA Proposta da AIA da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e da LMAT Lisboa, 9 de maio de 2025 No âmbito do procedimento de consulta pública da AIA da Central Solar Fotovoltaica (CSF) do Pereiro e da LMAT, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, vem apresentar o seu parecer com base nas considerações de seguida. A informação disponibilizada no Portal Participa relativamente a esta consulta pública apresenta as diferentes peças documentais de forma desordenada, com repetições de vários documentos, e falta de outros, o que dificulta o acesso à informação e a participação, podendo até considerar-se que há um desincentivo à participação dos cidadãos; Na envolvente próxima do projeto em avaliação existem já seis centrais solares fotovoltaicas; A CSF implica o abate de 165 900 exemplares de pinheiro manso, prevendo-se a afetação de 166 ha de povoamento de pinheiro manso; Abate de 360 exemplares de azinheira, apesar da preservação das áreas de povoamento; Destruição de uma área que constitui um valioso habitat de lince ibérico e de outras espécies protegidas e ameaçadas, em especial de avifauna. O EIA, em particular o documento "RESPOSTA A PEDIDO DE ELEMENTOS ADICIONAIS", contém um acervo de informação significativo. Descreve uma paisagem de muito alto valor ecológico, com coberto arbóreo significativo, e com a presença de múltiplas espécies protegidas e ameaçadas, com destaque para o lince-ibérico, espécie criticamente ameaçada de extinção. O EIA não esclarece qual o impacto que o projecto poderá ter sobre os valores naturais em questão, e não demonstra de forma alguma que

esse impacto possa ser aceitável. De facto, o ecossistema descrito merece um nível elevado de protecção. Nos termos da linha de investigação “Aceleração de energias renováveis, desenvolvido pelo LNEG em colaboração com a APA, ICNF e outras entidades, este território deveria ser liminarmente excluído da possibilidade de instalação de parque solares de grande envergadura. Este não é uma terra “abandonada” (como erradamente descrita no EIA) mas um ecossistema rico e que deve ser protegido. Acresce que continua a não existir uma estratégia clara para a evolução do parque electroprodutor. A prioridade defendida pela maioria dos especialistas, e reconhecida pelas autoridades, deveria ser a produção fotovoltaica descentralizada, muito mais resiliente e com muito menos conflitos que este tipo de parques — que só deveriam ser admitidos em áreas com características especialmente favoráveis sem conflitos significativos, que não é o caso. O GEOTA alerta para o elevado número de projetos de energias renováveis previstos para esta região, cujos impactos cumulativos no ambiente e comunidades locais parecem não estar acautelados. A implantação deste tipo de projetos nos territórios de baixa densidade inviabilizam outras alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais, que poderiam contribuir para a fixação de pessoas e negócios sustentáveis alinhados com as políticas de transição agroecológica e a valorização do interior do País. O Estudo de Impacto Ambiental deverá analisar em detalhe a possibilidade real de serem instalados os múltiplos projetos planeados para este território. O GEOTA considera que é necessário analisar de forma estratégica a implementação de projetos de centrais solares no país, de forma a acautelar impactos cumulativos. O parecer do GEOTA é desfavorável, considerando o elevado valor ecológico da área afectada, e a ausência de garantias de que seria praticável mitigar os elevados impactos que se perspectivam. Num momento em que Portugal está obrigado a criar um Plano Nacional de Restauro da Natureza, é um verdadeiro atentado destruir centenas de milhares de árvores e todo um ecossistema de elevado valor.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84804 Alexandre Manuel Miranda Pereira em 2025-05-09

Comentário:

Durante as 87 horas de observação de aves de rapina e outras planadoras, foi possível registar a presença de 17 espécies de aves de rapina e 3 de outras planadoras (Quadro 7), num total de 180 contactos a menos de 1000 metros dos pontos de amostragem da Central Fotovoltaica (282 contactos no total de todas as distâncias) e 102 contactos a menos de 1000 metros do único ponto de amostragem da área controlo (192 contactos no total de todas as distâncias). Sete (7) das espécies registadas (Quadro 7) apresentam estatuto de conservação desfavorável em Portugal (Almeida et al., 2022), tendo sido todas observadas na área da Central: águia-imperial (*Aquila adalberti*), com estatuto de Criticamente em Perigo (CR); abutre-preto (*Aegypius monachus*) e águia-real (*Aquila chrysaetos*), com estatuto de Em Perigo (EN); águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e peneireiro (*Falco tinnunculus*), com estatuto de Vulnerável (VU); tartaranhãocinzento (*Circus cyaneus*), com estatuto de Criticamente em Perigo (CR) para a população residente e Em Perigo (EN); e milhafre-real (*Milvus milvus*), com estatuto de Criticamente em Perigo (CR) para a população residente e Pouco Preocupante (LC) para a população invernante. A espécie com maior índice de atividade (número de contactos) na área da Central foi águia-debonelli (*Aquila fasciata*) (Quadro 7), com um total de 54 registos (32 a menos de 1000 metros dos pontos) a partir dos pontos da Central. Na área Controlo destacaram-se águia-cobreira (*Circus gallicus*) e milhafre-real (*Milvus milvus*) como aquelas com maior índice de atividade. Verificase que a área Controlo tem um número médio de contactos por quadrícula mais elevado, destacando-se na área da Central 3 quadrículas cujo valor se

deveu a uma única passagem de um grupo de 55 indivíduos de grifos. No Quadro 8 é possível observar a lista de espécies com especial sensibilidade à presença de Linhas Elétricas pelo risco de colisão (Neves et al. 2005 in ICNF, 2019), bem como o número total de atravessamentos registados durante a amostragem no período reportado. Deste grupo de espécies, destaca-se águia-de-bonelli, pelo seu estatuto de conservação (VU) e, em especial, pelo número de atravessamentos muito superior às restantes espécies elencadas (Quadro 8). Destaque ainda para o número considerável de atravessamentos de grifo. As restantes espécies tiveram números residuais de atravessamentos, tendo presente o esforço de amostragem (cerca de 700 horas de amostragem da área da Linha Elétrica considerada). Destacam-se 4 espécies classificadas com algum tipo de risco de colisão (Neves et al. 2005, ICNF 2019): águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*), gavião (*Accipiter gentilis*) e cegonha-preta (*Ciconia nigra*). Assim sendo, o foco da análise foi águia-de-bonelli (tal como nos capítulos anteriores focados na atividade global), que teve cerca de 20% dos seus voos em alturas de risco de colisão.

4.1.1.2.4. Prospeção e Monitorização de ninhos A prospeção de ninhos de grandes rapinas incidiu em duas espécies-alvo – águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e águia-real (*Aquila chrysaetos*), tendo resultado na identificação de 7 casais na época reprodutiva de 2022 (6 de águia-de-bonelli e 1 de águia-real), onde apenas 1 casal de águia-de-bonelli não teve sucesso reprodutor confirmado (Quadro 9, Figura 12); e os mesmos 7 casais em 2023, onde 3 tinham já produtividade confirmada à data de término dos trabalhos (Quadro 9, Figura 13). Dos ninhos identificados destacam-se 2 ninhos de águia-de-bonelli localizados a menos de 2km do corredor de Linha Elétrica estudado. O ninho denominado ACR3_2022 localiza-se num dos apoios de uma das duas Linhas Elétricas de Muito Alta Tensão já existentes (separadas por cerca de 100 metros na área do ninho) na área adjacente à Linha Elétrica considerada neste relatório. Este casal, juntamente com o casal do ninho denominado FPA1 (possivelmente abandonado durante a época de reprodução de 2022), deverão ser responsáveis pelo grande número de atravessamentos da espécie registados naquele troço da Linha Elétrica (Figura 7). Nota também para outros 2 casais (BTS1 e AF_VQR_2022) que poderão contribuir, até certo ponto, com alguns atravessamentos pela espécie. Quanto ao ninho de águia-real, localiza-se a nordeste da área da futura Central Fotovoltaica, a mais de 5km da mesma e a mais de 7km da extremidade noroeste da Linha Elétrica, tendo o casal da espécie sido observado a utilizar a área Controlo e a área imediatamente a norte da Central Fotovoltaica. Ainda que a espécie ocorra com menor prevalência na região, com um menor número de registos de nidificação, a prospeção teve ainda especial atenção a águia-imperial (*Aquila adalberti*), que apresenta alguma potencial de ocorrência na área, como comprovado pelas observações registadas no âmbito das outras amostragens.

Anexos: 84804_Documento Central Solar Pereiro.docx

Tipologia: Discordância

ID 84799 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2025-05-09

Comentário:

Exmos/as. senhores/as, Junto se anexa parecer da ZERO relativo a este projeto. Cumprimentos, A direção da ZERO

Anexos: 84799_Parecer ZERO - Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84797 Joana Costa Lopes do Rego em 2025-05-09**Comentário:**

Concordo com o parecer da associação de defesa do património cultural e ambiental Almargem. Mais uma proposta que surge em contradição - com as conclusões e medidas propostas nos planos nacionais ou regionais anteriormente elaborados para Adaptação às Alterações Climáticas (PIAACs), nas Diretivas Europeias de proteção ambiental e nos atuais planos de ordenamento do território, colocando em causa futuros planos de autossustentabilidade e os direitos das comunidades locais.

Anexos: 84797_Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT - parecer.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84796 Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve em 2025-05-09**Comentário:**

A Associação Almargem submete, por este meio, o seu parecer no âmbito da consulta pública relativa à Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e respetiva Linha de Muito Alta Tensão. Manifesta a sua discordância com a proposta, considerando que esta representa uma ameaça grave e irreversível ao património natural, agrícola e paisagístico da região, com impactes ambientais, sociais e económicos negativos, nomeadamente ao nível da biodiversidade, dos solos, da saúde pública, da paisagem e do turismo. Acreditamos que existem alternativas viáveis de produção energética mais sustentáveis, descentralizadas e alinhadas com os interesses das comunidades locais.

Anexos: 84796_Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT - parecer.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84735 Francisco Maia em 2025-05-02**Comentário:**

área importante para aves de presa em vias de extinção e em situação vulnerável.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83806 Teresa Cristina Marques Teles Ribeiro em 2025-04-13**Comentário:**

destruição de ecossistemas. Desflorestação massiva que irá afetar significativamente as populações que tiram o seu rendimento de espécies autoctones como o sobreiro e azinheira.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância



Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT

**Parecer da Almargem – Associação de Defesa do
Património Cultural e Ambiental do Algarve**

9 de maio de 2025

Na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no exercício dos direitos e deveres nesta matéria, a **ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve** vem por este meio apresentar o seu parecer.

1. Enquadramento

O projeto da CSF do Pereiro e infraestruturas associadas localiza-se no distrito de Faro, concelho de Alcoutim, abrangendo as freguesias de Giões e da União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro.

Designação completa: Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e Linha de Muito Alta Tensão

Entidade promotora da CP: Agência Portuguesa do Ambiente

Entidade promotora do projeto: ENDESA/ Suggestion Power, Lda

No local já existem dois projetos em execução/ funcionamento, respeitantes à **Central Solar do Pereiro - Fase 1 e Fase 2**.

A Fase 2 consistiu na instalação de uma Central Fotovoltaica no concelho de Alcoutim, na União das freguesias de Alcoutim e Pereiro. Esta central, com um total de cerca de 18,0 hectares, foi instalada numa área contígua à Central Fotovoltaica do Pereiro, da Galp.¹

O atual projecto da central para a serra do Algarve, no concelho de Alcoutim, contempla a instalação de mais de 198 mil painéis solares e de uma Linha Elétrica de Interligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), bem como dos demais projetos associados e complementares.

A CSF do Pereiro e infraestruturas associadas integram-se no distrito de Faro, abrangendo o concelho de Alcoutim e as freguesias de Giões e da União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro.

O promotor do projeto é a empresa Suggestion Power, Lda., uma sociedade 100% detida pela Endesa Generación Portugal, S.A.

A CSF de Pereiro terá uma área vedada de 266,19 hectares e será constituída por 198 720 painéis solares fotovoltaicos, que correspondem a uma área de 53,70 hectares, segundo consta dos documentos.

1

<https://www.galp.com/corp/pt/sobre-nos/o-que-fazemos/renovaveis-e-novos-negocios/parque-solar-alcoutim>

O projeto consiste numa central solar fotovoltaica de 99 MVA de potência elétrica de ligação e de uma linha elétrica de 150kV, com uma extensão de cerca de 3,89 km, para transporte da energia. A produção anual está calculada em 269,32 GWh/ano.

Está projetada também a instalação de um parque de baterias, ligado à subestação.

O promotor estima que a fase de construção tenha uma duração aproximada de 33 meses, sendo a vida útil da central de cerca de 30 anos.

<https://www.algarvemarafado.com/2025/03/27/mais-198-mil-paineis-solares-na-serra-do-algarve/>

Esta Consulta Pública diz respeito a **mais uma** proposta que surge sem ligação explícita - e mesmo em contradição - com as conclusões e medidas propostas nos planos nacionais ou regionais anteriormente elaborados para Adaptação às Alterações Climáticas (PIAACs), nas Directivas Europeias de proteção ambiental e nos atuais planos de ordenamento do território, colocando em causa futuros planos de autossustentabilidade e os direitos das comunidades locais.

2. Vícios do processo

Este projecto ignora os impactos e as avaliações dos impactos, expressos em sede de AIA, dos projectos anteriores relativos à Central Fotovoltaica do Pereiro - FASE 1 e FASE 2.

A prova disso é que, no atual Estudo de Impacte Ambiental, Volume II – Relatório Síntese Central Solar Fotovoltaica do Pereiro, março de 2025 - EIA do projecto da central fotovoltaica, no ponto 7.14.4. pág. 399, está escrito:

“Aceitação Social do Projeto

De um modo geral, este tipo de projetos, estando associado a uma imagem de modernidade e de obtenção de energia por uma fonte renovável, limpa e endógena, é bem aceite pela população e face às medidas de mitigação previstas, não sendo de prever que venham a surgir problemas relevantes de contestação ao Projeto.”

Ora, o projeto da Central Fotovoltaica de Pereiro (Fase 2), em Alcoutim, esteve em fase de consulta pública com a oposição de várias associações ambientais e de cidadãos, por ter grandes «impactes cumulativos», já que, num raio de cinco quilómetros, existem seis outras «centrais fotovoltaicas licenciadas ou em licenciamento», bem como quatro linhas elétricas, duas delas de muito alta tensão.

Entre os vários pareceres discordantes, por exemplo, o parecer da Glocal Faro, na Consulta Pública anterior, explicita as algumas razões para a existência de impactos cumulativos:

“(...) Na proximidade da área de implantação do projeto (num raio de 5 km), verifica-se que existem na envolvente, nomeadamente, centrais fotovoltaicas licenciadas/ em licenciamento e linhas elétricas, das quais destacamos os seguintes projetos:

- *Central Fotovoltaica de Pereiro, projeto já licenciado, localizada a norte do Barranco de Alcoutenejo e adjacente à Central Fotovoltaica de Pereiro em estudo (a oeste);*
- *Central Fotovoltaica de Pereiro (Fase 1), também já licenciada e em construção, adjacente à Central Fotovoltaica de Pereiro em estudo (a este);*
- *Central Fotovoltaica de São Marcos, localizado a este da área de estudo da Central Fotovoltaica de Pereiro, a uma distância de 2 km, identificada na DGEG com o processo número 1380 e já com a licença concedida a 04/05/2018;*
- *Central Fotovoltaica do Viçoso, localizado a oeste da área de estudo da Central Fotovoltaica de Pereiro, a uma distância de 3,1 km e identificada na DGEG com o processo número 1470;*
- *Central Fotovoltaica de Albercas, localizado a este da área de estudo da Central Fotovoltaica de Pereiro, a uma distância de 5,2 km, identificada na DGEG com o processo número 1368 e já com a licença concedida a 04/05/2018;*
- *Central Fotovoltaica de Santa Marta, que se encontra em fase de estudos ambientais preliminares, ainda sem traçado de linha elétrica;*
- *Linha de Muita Alta Tensão da ligação Távira – Puebla, a 400 kV, que passa sul da área de estudo da Central Fotovoltaica e acompanha paralelamente a linha elétrica a construir entre os apoios P14 a P23, a uma distância aproximada de 20 m;*
- *Linhas elétricas, a 30 kV, de ligação à Subestação 30/150 kV do Viçoso;*
- *Linha Viçoso-Távira, a 150 kV, de ligação à Subestação de Távira (da REN, S.A.);*
- *Linha de Muito Alta Tensão da Central de Alcoutim, a 400 kV.*

O projeto afetará as seguintes ocorrências quanto a valores naturais em presença:

- I. Três habitats da Diretiva 92/43/CEE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva 97/62/CE – 6310 Montados de Quercus spp. de folha perene, 91BO Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia e 92DO Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamariceta e Securinegion tinctoriae) – em bom estado de conservação e diversidade florística;*
- II. Povoamentos florestais puros (montados) de Quercus spp., com predominância da azinheira (Az);*

- III. *Povoamentos puros de Pinheiro manso e povoamentos mistos de Pm com Az e sobreiros (Sb), numa área muito significativa, com afetação direta e irreversível dos povoamentos, que ainda não atingiram o seu termo de explorabilidade e para os quais têm afluído, também, importantes apoios financeiros do Estado, desde a fase de instalação até ao estado que hoje apresentam, bem como dos habitats e espécies que a sua instalação propiciou;*
- IV. *Az e Sb dispersos por áreas agrícolas e florestais;*

Solos previstos pelo PDM (Espaços Naturais – Áreas de Salvaguarda e Ativação Biofísica; Espaços Agroflorestais – Áreas de Uso Múltiplo; Áreas Mistas e Áreas de Proteção; Espaços Agrícolas; Áreas de Habitação Rural), constituem espaços de salvaguarda, de preservação das características naturais e do equilíbrio ambiental e paisagístico, com funções de enquadramento e protecção e de potenciação da vegetação autóctone.

Plano de Recuperação e Conservação da Águia-de-Bonelli, na Mata Nacional das Terras da Ordem (situa-se a cerca de 12 km da área do projeto).(...)"

Foi, entretanto, inaugurada uma das maiores centrais fotovoltaicas a operar em Portugal², situada entre Vaqueiros e Martim Longo, também no concelho de Alcoutim.

As propostas de centrais de energia deveriam decorrer de um plano que visasse o uso do património ambiental de forma a, apenas e exclusivamente, cumprir necessidades existentes, e não para responder a interesses privados e particulares, direta ou indiretamente com eles relacionados. Infelizmente, a energia “verde” está deturpada por investimentos que nada têm a ver com uma estratégia, pensada e calculada, de proteção dos direitos das comunidades locais e, desse modo, desrespeita até as leis ambientais.

Surgem projectos de “energia verde” sem a prévia, legal e socialmente obrigatória, rigorosa informação, sem audição das populações afectadas, sem consideração pela auscultação da sociedade civil, não envolvendo, ou até desconsiderando, a opinião das organizações que representem **todos** os interessados, nomeadamente as organizações ambientais.

Por outro lado, este projecto e EIA não têm como ponto de referência a avaliação dos documentos oficiais anteriormente produzidos, decorrentes de longos e elaborados processos, nem a avaliação dos resultados.

2

<https://www.sulinformacao.pt/2021/10/maior-central-fotovoltaica-do-pais-e-inaugurada-amanha-em-alcoutim/>

3. Omissões e impactos

- Os projetos de energia verde não devem surgir como resultado de leilões de licenças para produção de energia solar, sem a devida avaliação da perda ambiental no todo, ainda para mais desconsiderando a perda pública face a ganhos privados;
- A implantação de centrais de energia não pode ser justificada pelas necessidades de produção de energia preconizada na Estratégia Nacional para o Hidrogénio;
- A escolha da localização de uma central não pode caber exclusivamente aos promotores, baseando-se numa lógica de mercado e de proximidade a pontos de injeção na rede elétrica;
- Não devem ser aprovados projetos em Zonas de Proteção Especial (ZPE), nem em locais estrategicamente posicionados em áreas classificadas ou sobre corredores ecológicos que as interligam;
- Não pode haver ocupação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), cujos solos são propensos para a agricultura, por centrais solares que a retalhem;
- Não devem ser autorizadas centrais solares sobrepostas, total ou parcialmente, à Reserva Ecológica Nacional (REN).

Constata-se, pelos investimentos propostos em todo o país, e particularmente no Algarve, que continua a ser dada prioridade ao interesse privado, sobretudo numa realidade em que a eletricidade é gerida por uma empresa privada, resultante da venda da Rede de Distribuição Elétrica. Ainda assim, esta situação pode e deve ser contida, ou alterada através de uma estratégia regional que determine que as centrais municipais se destinem à produção de energia em função do interesse público **local**.

Esta determinação teria como consequência o oposto do que os projectos fotovoltaicos de grande escala têm por objectivo: visam que a energia produzida seja transportada para onde se encontram os maiores consumidores, que se situam longe do local da produção. O que, por sua vez, implica a expansão e reforço da rede elétrica de distribuição, para conseguir levar a energia a esses destinos.

Têm impacto na infraestrutura já existente e obrigam a um reforço na infraestrutura elétrica, dado que, no Sul do país, a rede elétrica está completamente saturada face à potência fotovoltaica anteriormente atribuída à região.

Também obriga à construção de novos eixos de Muito Alta Tensão, bem como à construção e ao reforço de subestações.

Novos projetos económicos que necessitam de grandes quantidades de energia, como os biocombustíveis, entre outros, não podem justificar a criação de novas centrais fotovoltaicas

apenas para beneficiar consórcios particulares, como o da Galp e a Mitsui. Ou fábricas de processamento de lítio, que deverão produzir a sua própria energia.

IMPACTOS AMBIENTAIS – saúde, sociais, económicos, biodiversidade, paisagem, solo e outros

Os parques fotovoltaicos e as linhas de **Muito Alta Tensão (MAT)** têm impactos significativos, nomeadamente:

- As linhas de **Muito Alta tensão** têm impactos **graves na saúde**. Neste caso concreto, o projecto localiza-se num território onde a **população é maioritariamente vulnerável**, população que as autoridades do país têm o dever acrescido de proteger;
- As linhas de Alta Tensão têm também impactos significativos na avifauna - *“Efeito de mortalidade para a avifauna, por colisão com a Linha Elétrica.”* - EIA, pág. 110;
- *“Altera a qualidade do espaço aéreo disponível (updrafts) para a avifauna, decorrente da implantação da Central Solar.”* - EIA, pág. 110;
- *“A fase de exploração da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro envolve diversas atividades que resultam em emissões de **Gases com Efeito de Estufa (GEE)**.”* - EIA, págs. 427 e seguintes;
- *“Há eventual fuga de **gases fluorados** dos equipamentos previstos no projeto, neste caso o SF6.”* - EIA, págs. 427 e seguintes;
- A alteração da paisagem causa impactos visuais e económicos, sobretudo em zonas que dependem do património ambiental e cultural como factor de fixação da população e também para o turismo, que é a segunda actividade económica na região. - *“Desorganização da funcionalidade estrutural e visual da paisagem. Alteração significativa do uso do solo - impacto Muito Significativo.”* - EIA, pág. 481 e *“Impacte Visual da Linha Elétrica na envolvente a povoações - impacto Muito Significativo.”* - EIA, pág. 482;
- Prejudica a *“agricultura ao ocupar áreas agrícolas e afetar a qualidade do solo, sendo que a agricultura é a actividade económica dominante e a actividade com maior valor acrescentado nesse território.”* - EIA, págs. 191 e 389;
- Tem conflitos com *“outros usos do território, no presente e no futuro, ao entrar em choque com as opções de desenvolvimento das comunidades locais, nomeadamente para os territórios de baixa densidade”*;
- A perda de habitat e biodiversidade devido à ocupação de grandes áreas, à alteração do solo e da vegetação, e à potencial diminuição da qualidade da água, numa zona ainda de grande riqueza natural (biodiversidade), apesar da elevada erosão;

- Perda de habitat para a fauna terrestre, decorrente da implantação da Central Solar: no EIA são referidas *“Perda de habitat para a fauna terrestre, decorrente da implantação da Central Solar; Efeito barreira para a fauna terrestre, decorrente da implantação da Central Solar.”* - EIA, pág. 110;
- Os Planos de Compensação de Desflorestação têm saldos negativos, quanto ao cômputo entre o que se perde com a desflorestação e o que se ganha com a plantação de novas árvores - EIA, págs. 443, 448 e outras;
- A alteração do solo e da vegetação afeta o fluxo de água e aumenta o risco de erosão, o que compromete a qualidade e a quantidade da água, sendo o Algarve uma região com problemas estruturais de escassez hídrica.

4. Propostas prioritárias

A prioridade deve ser dada à produção descentralizada e centrais de média dimensão, localizadas na proximidade dos centros de consumo, reduzindo perdas no transporte de eletricidade e aproveitando infraestruturas já existentes em áreas urbanizadas e áreas degradadas.

É necessária a democratização do sistema energético e empoderamento das comunidades na decisão do ordenamento do seu próprio território, com a proibição de toda e qualquer ocupação que destrua e degrade património ambiental e cultural, sobretudo para benefício privado com enorme e irreversível prejuízo público.

5. Conclusões

O impacto ambiental, social e económico desta proposta não pode ser ignorado para servir interesses particulares camuflados de interesse público.

A estratégia de produção de hidrogénio e outros mega investimentos exigirá produções massivas de energia, cuja consequência é atropelo dos direitos das comunidades à autossustentabilidade - direito que as entidades estatais têm o dever institucional de defender, como previsto na Constituição.

No projecto desta central do Pereiro, verifica-se, mais uma vez, que a gestão nacional da energia solar continua sem uma estratégia de proteção ambiental que garanta o respeito pelos planos, diretivas e leis para a mitigação das alterações climáticas, ou para a preservação do património ambiental e cultural - essenciais à liberdade, bem como ao

direito à auto subsistência e autossustentabilidade da população, cuja economia depende dos recursos naturais, nomeadamente o turismo, que não se compadece nem se mantém com paisagens arrasadas por parques de painéis solares, cabos, estações de energia, subestações e postes de alta tensão.

Há alternativas de produção, como por exemplo a produção própria para autoconsumo comunitário ou individual- cada infraestrutura existente pode e deve produzir a sua própria energia. Países com menos sol, como a Holanda, têm conseguido excedentes energéticos, sobretudo porque os painéis atuais produzem mais e armazenam com o apoio de baterias.

É possível ter energia solar a preços reduzidos, se houver uma estratégia nacional centrada nos municípios, que salvguarde os interesses e direitos regionais, hoje ameaçados (seriamente) por empresas internacionais que só pretendem investimentos maciços.

Precisamos de uma estratégia solar que resista à verdadeira tomada de posse do setor público por parte do setor privado.

É prioritário e necessário proteger o interesse das comunidades, respeitar a lei ambiental e preservar os patrimónios antes de os vender a troco de perdas graves e irreparáveis.

Assim, a posição da Almargem apenas pode ser de discordância com esta proposta.



Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT

**Parecer da Almargem – Associação de Defesa do
Património Cultural e Ambiental do Algarve**

9 de maio de 2025

Na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no exercício dos direitos e deveres nesta matéria, a **ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve** vem por este meio apresentar o seu parecer.

1. Enquadramento

O projeto da CSF do Pereiro e infraestruturas associadas localiza-se no distrito de Faro, concelho de Alcoutim, abrangendo as freguesias de Giões e da União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro.

Designação completa: Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e Linha de Muito Alta Tensão

Entidade promotora da CP: Agência Portuguesa do Ambiente

Entidade promotora do projeto: ENDESA/ Suggestion Power, Lda

No local já existem dois projetos em execução/ funcionamento, respeitantes à **Central Solar do Pereiro - Fase 1 e Fase 2**.

A Fase 2 consistiu na instalação de uma Central Fotovoltaica no concelho de Alcoutim, na União das freguesias de Alcoutim e Pereiro. Esta central, com um total de cerca de 18,0 hectares, foi instalada numa área contígua à Central Fotovoltaica do Pereiro, da Galp.¹

O atual projecto da central para a serra do Algarve, no concelho de Alcoutim, contempla a instalação de mais de 198 mil painéis solares e de uma Linha Elétrica de Interligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), bem como dos demais projetos associados e complementares.

A CSF do Pereiro e infraestruturas associadas integram-se no distrito de Faro, abrangendo o concelho de Alcoutim e as freguesias de Giões e da União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro.

O promotor do projeto é a empresa Suggestion Power, Lda., uma sociedade 100% detida pela Endesa Generación Portugal, S.A.

A CSF de Pereiro terá uma área vedada de 266,19 hectares e será constituída por 198 720 painéis solares fotovoltaicos, que correspondem a uma área de 53,70 hectares, segundo consta dos documentos.

1

<https://www.galp.com/corp/pt/sobre-nos/o-que-fazemos/renovaveis-e-novos-negocios/parque-solar-alcoutim>

O projeto consiste numa central solar fotovoltaica de 99 MVA de potência elétrica de ligação e de uma linha elétrica de 150kV, com uma extensão de cerca de 3,89 km, para transporte da energia. A produção anual está calculada em 269,32 GWh/ano.

Está projetada também a instalação de um parque de baterias, ligado à subestação.

O promotor estima que a fase de construção tenha uma duração aproximada de 33 meses, sendo a vida útil da central de cerca de 30 anos.

<https://www.algarvemarafado.com/2025/03/27/mais-198-mil-paineis-solares-na-serra-do-algarve/>

Esta Consulta Pública diz respeito a **mais uma** proposta que surge sem ligação explícita - e mesmo em contradição - com as conclusões e medidas propostas nos planos nacionais ou regionais anteriormente elaborados para Adaptação às Alterações Climáticas (PIAACs), nas Directivas Europeias de proteção ambiental e nos atuais planos de ordenamento do território, colocando em causa futuros planos de autossustentabilidade e os direitos das comunidades locais.

2. Vícios do processo

Este projecto ignora os impactos e as avaliações dos impactos, expressos em sede de AIA, dos projectos anteriores relativos à Central Fotovoltaica do Pereiro - FASE 1 e FASE 2.

A prova disso é que, no atual Estudo de Impacte Ambiental, Volume II – Relatório Síntese Central Solar Fotovoltaica do Pereiro, março de 2025 - EIA do projecto da central fotovoltaica, no ponto 7.14.4. pág. 399, está escrito:

“Aceitação Social do Projeto

De um modo geral, este tipo de projetos, estando associado a uma imagem de modernidade e de obtenção de energia por uma fonte renovável, limpa e endógena, é bem aceite pela população e face às medidas de mitigação previstas, não sendo de prever que venham a surgir problemas relevantes de contestação ao Projeto.”

Ora, o projeto da Central Fotovoltaica de Pereiro (Fase 2), em Alcoutim, esteve em fase de consulta pública com a oposição de várias associações ambientais e de cidadãos, por ter grandes «impactes cumulativos», já que, num raio de cinco quilómetros, existem seis outras «centrais fotovoltaicas licenciadas ou em licenciamento», bem como quatro linhas elétricas, duas delas de muito alta tensão.

Entre os vários pareceres discordantes, por exemplo, o parecer da Glocal Faro, na Consulta Pública anterior, explicita as algumas razões para a existência de impactos cumulativos:

“(...) Na proximidade da área de implantação do projeto (num raio de 5 km), verifica-se que existem na envolvente, nomeadamente, centrais fotovoltaicas licenciadas/ em licenciamento e linhas elétricas, das quais destacamos os seguintes projetos:

- *Central Fotovoltaica de Pereiro, projeto já licenciado, localizada a norte do Barranco de Alcoutenejo e adjacente à Central Fotovoltaica de Pereiro em estudo (a oeste);*
- *Central Fotovoltaica de Pereiro (Fase 1), também já licenciada e em construção, adjacente à Central Fotovoltaica de Pereiro em estudo (a este);*
- *Central Fotovoltaica de São Marcos, localizado a este da área de estudo da Central Fotovoltaica de Pereiro, a uma distância de 2 km, identificada na DGEG com o processo número 1380 e já com a licença concedida a 04/05/2018;*
- *Central Fotovoltaica do Viçoso, localizado a oeste da área de estudo da Central Fotovoltaica de Pereiro, a uma distância de 3,1 km e identificada na DGEG com o processo número 1470;*
- *Central Fotovoltaica de Albercas, localizado a este da área de estudo da Central Fotovoltaica de Pereiro, a uma distância de 5,2 km, identificada na DGEG com o processo número 1368 e já com a licença concedida a 04/05/2018;*
- *Central Fotovoltaica de Santa Marta, que se encontra em fase de estudos ambientais preliminares, ainda sem traçado de linha elétrica;*
- *Linha de Muita Alta Tensão da ligação Távira – Puebla, a 400 kV, que passa sul da área de estudo da Central Fotovoltaica e acompanha paralelamente a linha elétrica a construir entre os apoios P14 a P23, a uma distância aproximada de 20 m;*
- *Linhas elétricas, a 30 kV, de ligação à Subestação 30/150 kV do Viçoso;*
- *Linha Viçoso-Távira, a 150 kV, de ligação à Subestação de Távira (da REN, S.A.);*
- *Linha de Muito Alta Tensão da Central de Alcoutim, a 400 kV.*

O projeto afetará as seguintes ocorrências quanto a valores naturais em presença:

- I. Três habitats da Diretiva 92/43/CEE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva 97/62/CE – 6310 Montados de Quercus spp. de folha perene, 91B0 Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia e 92D0 Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamariceta e Securinegion tinctoriae) – em bom estado de conservação e diversidade florística;*
- II. Povoamentos florestais puros (montados) de Quercus spp., com predominância da azinheira (Az);*

- III. *Povoamentos puros de Pinheiro manso e povoamentos mistos de Pm com Az e sobreiros (Sb), numa área muito significativa, com afetação direta e irreversível dos povoamentos, que ainda não atingiram o seu termo de explorabilidade e para os quais têm afluído, também, importantes apoios financeiros do Estado, desde a fase de instalação até ao estado que hoje apresentam, bem como dos habitats e espécies que a sua instalação propiciou;*
- IV. *Az e Sb dispersos por áreas agrícolas e florestais;*

Solos previstos pelo PDM (Espaços Naturais – Áreas de Salvaguarda e Ativação Biofísica; Espaços Agroflorestais – Áreas de Uso Múltiplo; Áreas Mistas e Áreas de Proteção; Espaços Agrícolas; Áreas de Habitação Rural), constituem espaços de salvaguarda, de preservação das características naturais e do equilíbrio ambiental e paisagístico, com funções de enquadramento e protecção e de potenciação da vegetação autóctone.

Plano de Recuperação e Conservação da Águia-de-Bonelli, na Mata Nacional das Terras da Ordem (situa-se a cerca de 12 km da área do projeto).(...)"

Foi, entretanto, inaugurada uma das maiores centrais fotovoltaicas a operar em Portugal², situada entre Vaqueiros e Martim Longo, também no concelho de Alcoutim.

As propostas de centrais de energia deveriam decorrer de um plano que visasse o uso do património ambiental de forma a, apenas e exclusivamente, cumprir necessidades existentes, e não para responder a interesses privados e particulares, direta ou indiretamente com eles relacionados. Infelizmente, a energia “verde” está deturpada por investimentos que nada têm a ver com uma estratégia, pensada e calculada, de proteção dos direitos das comunidades locais e, desse modo, desrespeita até as leis ambientais.

Surgem projectos de “energia verde” sem a prévia, legal e socialmente obrigatória, rigorosa informação, sem audição das populações afectadas, sem consideração pela auscultação da sociedade civil, não envolvendo, ou até desconsiderando, a opinião das organizações que representem **todos** os interessados, nomeadamente as organizações ambientais.

Por outro lado, este projecto e EIA não têm como ponto de referência a avaliação dos documentos oficiais anteriormente produzidos, decorrentes de longos e elaborados processos, nem a avaliação dos resultados.

2

<https://www.sulinformacao.pt/2021/10/maior-central-fotovoltaica-do-pais-e-inaugurada-amanha-em-alcoutim/>

3. Omissões e impactos

- Os projetos de energia verde não devem surgir como resultado de leilões de licenças para produção de energia solar, sem a devida avaliação da perda ambiental no todo, ainda para mais desconsiderando a perda pública face a ganhos privados;
- A implantação de centrais de energia não pode ser justificada pelas necessidades de produção de energia preconizada na Estratégia Nacional para o Hidrogénio;
- A escolha da localização de uma central não pode caber exclusivamente aos promotores, baseando-se numa lógica de mercado e de proximidade a pontos de injeção na rede elétrica;
- Não devem ser aprovados projetos em Zonas de Proteção Especial (ZPE), nem em locais estrategicamente posicionados em áreas classificadas ou sobre corredores ecológicos que as interligam;
- Não pode haver ocupação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), cujos solos são propensos para a agricultura, por centrais solares que a retalhem;
- Não devem ser autorizadas centrais solares sobrepostas, total ou parcialmente, à Reserva Ecológica Nacional (REN).

Constata-se, pelos investimentos propostos em todo o país, e particularmente no Algarve, que continua a ser dada prioridade ao interesse privado, sobretudo numa realidade em que a eletricidade é gerida por uma empresa privada, resultante da venda da Rede de Distribuição Elétrica. Ainda assim, esta situação pode e deve ser contida, ou alterada através de uma estratégia regional que determine que as centrais municipais se destinem à produção de energia em função do interesse público **local**.

Esta determinação teria como consequência o oposto do que os projectos fotovoltaicos de grande escala têm por objectivo: visam que a energia produzida seja transportada para onde se encontram os maiores consumidores, que se situam longe do local da produção. O que, por sua vez, implica a expansão e reforço da rede elétrica de distribuição, para conseguir levar a energia a esses destinos.

Têm impacto na infraestrutura já existente e obrigam a um reforço na infraestrutura elétrica, dado que, no Sul do país, a rede elétrica está completamente saturada face à potência fotovoltaica anteriormente atribuída à região.

Também obriga à construção de novos eixos de Muito Alta Tensão, bem como à construção e ao reforço de subestações.

Novos projetos económicos que necessitam de grandes quantidades de energia, como os biocombustíveis, entre outros, não podem justificar a criação de novas centrais fotovoltaicas

apenas para beneficiar consórcios particulares, como o da Galp e a Mitsui. Ou fábricas de processamento de lítio, que deverão produzir a sua própria energia.

IMPACTOS AMBIENTAIS – saúde, sociais, económicos, biodiversidade, paisagem, solo e outros

Os parques fotovoltaicos e as linhas de **Muito Alta Tensão (MAT)** têm impactos significativos, nomeadamente:

- As linhas de **Muito Alta tensão** têm impactos **graves na saúde**. Neste caso concreto, o projecto localiza-se num território onde a **população é maioritariamente vulnerável**, população que as autoridades do país têm o dever acrescido de proteger;
- As linhas de Alta Tensão têm também impactos significativos na avifauna - *“Efeito de mortalidade para a avifauna, por colisão com a Linha Elétrica.”* - EIA, pág. 110;
- *“Altera a qualidade do espaço aéreo disponível (updrafts) para a avifauna, decorrente da implantação da Central Solar.”* - EIA, pág. 110;
- *“A fase de exploração da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro envolve diversas atividades que resultam em emissões de **Gases com Efeito de Estufa (GEE)**.”* - EIA, págs. 427 e seguintes;
- *“Há eventual fuga de **gases fluorados** dos equipamentos previstos no projeto, neste caso o SF6.”* - EIA, págs. 427 e seguintes;
- A alteração da paisagem causa impactos visuais e económicos, sobretudo em zonas que dependem do património ambiental e cultural como factor de fixação da população e também para o turismo, que é a segunda actividade económica na região. - *“Desorganização da funcionalidade estrutural e visual da paisagem. Alteração significativa do uso do solo - impacto Muito Significativo.”* - EIA, pág. 481 e *“Impacte Visual da Linha Elétrica na envolvente a povoações - impacto Muito Significativo.”* - EIA, pág. 482;
- Prejudica a *“agricultura ao ocupar áreas agrícolas e afetar a qualidade do solo, sendo que a agricultura é a actividade económica dominante e a actividade com maior valor acrescentado nesse território.”* - EIA, págs. 191 e 389;
- Tem conflitos com *“outros usos do território, no presente e no futuro, ao entrar em choque com as opções de desenvolvimento das comunidades locais, nomeadamente para os territórios de baixa densidade”*;
- A perda de habitat e biodiversidade devido à ocupação de grandes áreas, à alteração do solo e da vegetação, e à potencial diminuição da qualidade da água, numa zona ainda de grande riqueza natural (biodiversidade), apesar da elevada erosão;

- Perda de habitat para a fauna terrestre, decorrente da implantação da Central Solar: no EIA são referidas *“Perda de habitat para a fauna terrestre, decorrente da implantação da Central Solar; Efeito barreira para a fauna terrestre, decorrente da implantação da Central Solar.”* - EIA, pág. 110;
- Os Planos de Compensação de Desflorestação têm saldos negativos, quanto ao cômputo entre o que se perde com a desflorestação e o que se ganha com a plantação de novas árvores - EIA, págs. 443, 448 e outras;
- A alteração do solo e da vegetação afeta o fluxo de água e aumenta o risco de erosão, o que compromete a qualidade e a quantidade da água, sendo o Algarve uma região com problemas estruturais de escassez hídrica.

4. Propostas prioritárias

A prioridade deve ser dada à produção descentralizada e centrais de média dimensão, localizadas na proximidade dos centros de consumo, reduzindo perdas no transporte de eletricidade e aproveitando infraestruturas já existentes em áreas urbanizadas e áreas degradadas.

É necessária a democratização do sistema energético e empoderamento das comunidades na decisão do ordenamento do seu próprio território, com a proibição de toda e qualquer ocupação que destrua e degrade património ambiental e cultural, sobretudo para benefício privado com enorme e irrecuperável prejuízo público.

5. Conclusões

O impacte ambiental, social e económico desta proposta não pode ser ignorado para servir interesses particulares camuflados de interesse público.

A estratégia de produção de hidrogénio e outros mega investimentos exigirá produções massivas de energia, cuja consequência é atropelo dos direitos das comunidades à autossustentabilidade - direito que as entidades estatais têm o dever institucional de defender, como previsto na Constituição.

No projecto desta central do Pereiro, verifica-se, mais uma vez, que a gestão nacional da energia solar continua sem uma estratégia de proteção ambiental que garanta o respeito pelos planos, diretivas e leis para a mitigação das alterações climáticas, ou para a preservação do património ambiental e cultural - essenciais à liberdade, bem como ao

direito à auto subsistência e autossustentabilidade da população, cuja economia depende dos recursos naturais, nomeadamente o turismo, que não se compadece nem se mantém com paisagens arrasadas por parques de painéis solares, cabos, estações de energia, subestações e postes de alta tensão.

Há alternativas de produção, como por exemplo a produção própria para autoconsumo comunitário ou individual- cada infraestrutura existente pode e deve produzir a sua própria energia. Países com menos sol, como a Holanda, têm conseguido excedentes energéticos, sobretudo porque os painéis atuais produzem mais e armazenam com o apoio de baterias.

É possível ter energia solar a preços reduzidos, se houver uma estratégia nacional centrada nos municípios, que salogue os interesses e direitos regionais, hoje ameaçados (seriamente) por empresas internacionais que só pretendem investimentos maciços.

Precisamos de uma estratégia solar que resista à verdadeira tomada de posse do setor público por parte do setor privado.

É prioritário e necessário proteger o interesse das comunidades, respeitar a lei ambiental e preservar os patrimónios antes de os vender a troco de perdas graves e irreparáveis.

Assim, a posição da Almargem apenas pode ser de discordância com esta proposta.



parecer

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e Linha de Muito Alta Tensão (LMAT)

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao EIA da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e respetiva LMAT.

Notas Introdutórias

O Projeto do Central Solar Fotovoltaica do Pereiro surge como mais um empreendimento fotovoltaico com o objetivo de aumentar a capacidade energética do país a partir de fontes renováveis (adicionando 122 MWp de potência instalada), para promover a transição energética necessária e impulsionar o país para atingir as metas traçadas no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC). Esta expansão das energias renováveis, particularmente das centrais solares fotovoltaicas, apesar de uma resposta necessária às exigências energéticas sustentáveis, suscita dúvidas sobre a eficácia da metodologia atual de AIA que é aplicada de forma casuística e sem uma visão holística, uma vez que estes projetos necessitam de uma articulação com várias infraestruturas, como linhas de muito alta tensão (LMAT) e subestações elétricas.

Neste caso, o projeto em estudo é de um centro electroprodutor, com áreas dedicadas à produção solar e ao armazenamento que abrange uma área muito significativa de cerca de 266,19 hectares (ha) localizada no concelho do Alcoutim, freguesias de Giões e União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro, distrito de Faro.

Tendo em conta o que foi mencionado e os documentos disponibilizados na plataforma participa.pt, iremos tecer alguns comentários relativos ao EIA da Central Solar Fotovoltaica do Pereiro e LMAT quanto às dimensões que consideramos mais pertinentes:

Ponto 1 - Áreas Sensíveis

A ZERO aponta para uma incoerência desonesta do EIA, que num jogo de palavras tenta minimizar o facto de que o projeto encontra-se sobreposto a uma área sensível. Relativamente às áreas sensíveis, considera “que estão integradas nesta categoria outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, nomeadamente: (...) da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como «Habitat» de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar)”.

No entanto, é com espanto que, no enquadramento do projeto face a áreas sensíveis, o estudo salienta que “o Projeto não incide diretamente sobre qualquer área sensível”, colocando as áreas Ramsar numa outra categoria “áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais”, ao referir que “No que se refere às áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, importa referir a área Ramsar Ribeira do Vascão (3PT030) que abrange cerca de metade da área de estudo (lado oeste e noroeste).”

A ZERO relembra que Portugal, no contexto do regulamento europeu para o Restauro da Natureza, tem a obrigação de restaurar o estado de conservação de 30% do seu território e que tem, tal como estudado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), uma área artificializada e uma área fora de zonas de potencial conflito (áreas sensíveis, REN, RAN, etc) mais que suficientes para permitir que explorações energéticas, solar e eólica, atinjam os objetivos de neutralidade carbónica para 2045.

À luz das diretivas e regulamentos europeus e à luz do senso comum, não faz qualquer sentido as autoridades ambientais portuguesas permitirem a artificialização para centrais solares de espaços classificados, como é o caso aqui em estudo.



Ponto 2 - Consulta pública

O processo de consulta pública não pode ser visto como um *pro forma*. A ZERO aponta para o facto de que a consulta pública aberta no site participa.pt não está minimamente *user friendly*. São apresentados mais de 300 ficheiros, numa ordem que não aparenta ter lógica, e em que muitos ficheiros têm o mesmo nome, como é o caso do que acontece com o “volume iii - peças desenhadas”, que são 121 ficheiros distintos mas com o mesmo nome. Relembramos que a consulta pública tem um objetivo que nomeadamente traz vantagens à robustez do projeto e viabilidade futura, podendo inclusive minimizar constrangimentos e contestações sociais no futuro. A ZERO tem vindo a defender uma consulta pública inclusiva e *user friendly* de forma a que as populações sejam informadas e participem, independentemente das suas capacidades técnicas e informáticas. Este formato aqui apresentado para a consulta pública em análise tem as suas limitações, mas este caso específico constitui um exemplo extremo dessas limitações, sendo muito difícil para alguém técnico navegar no meio de tantos ficheiros, e praticamente impossível para uma pessoa não técnica demonstrar interesse em participar.

À data da elaboração deste parecer, existiam 2 participações para esta consulta pública e questionamo-nos se esse número significa realmente uma aceitação por falta de contestação ou se não será uma tarefa impossível para a maior parte da população local que se queira pronunciar?

Ponto 3 - Impactes Cumulativos

As conclusões dos impactes cumulativos seguem uma lógica contrária ao princípio da precaução – em que a falta de informação é motivo para se concluir falta de impactes. É referido que “Uma vez que, não são conhecidos em detalhe os programas para todos os projetos construídos ou em fase de desenvolvimento para a área considerada, a avaliação do efeito de exclusão e efeito barreira é também efetuado com base na informação disponível”. Esta abordagem retira valor à análise que não se coíbe de concluir, apesar da parca informação, que os impactes cumulativos são pouco significativos.

Adicionalmente, refere-se que “Atendendo a que todos os Projetos consideraram estes impactes como pouco significativos e/ou minimizáveis (reduzindo a significância do impacto final) e que no âmbito do projeto da CSF do Pereiro não se prevê que o mesmo venha a provocar efeito de exclusão e/ou efeito de barreira sobre a fauna de forma significativa, o impacto cumulativo será pouco significativo.” Acreditamos que esta conclusão é falaciosa uma vez que as análises e conclusões retiradas dos outros projetos partiram de uma premissa que havia biótopos adequados na envolvente da área do projeto, como é o caso da CSF de Alcoutim em que “o efeito exclusão foi classificado como significativo, devido à extensão de intervenção e perturbação associada, no entanto, este impacto foi considerado minimizável devido à elevada mobilidade das aves e **existência de biótopos adequados na envolvente da área do projeto.**” Essa envolvente da área do projeto é precisamente onde se pretende instalar a CSF do Pereiro e portanto não só este projeto irá pôr em causa a minimização do efeito exclusão da CSF de Alcoutim, como irá ocupar biótopos cada vez mais escassos.

Os ecossistemas têm uma determinada capacidade de carga que não demonstra ser calculada e a forma como se procede a esta análise é altamente simples e parca para a complexidade dos impactes cumulativos.

Ponto 4 - Plano de Ação para a Biodiversidade

Um dos argumentos para a redução da significância dos impactes nos sistema ecológicos é a existência de um plano de ação para a biodiversidade. É referido no EIA que “tendo em conta que o PAB foi trabalhado no sentido de reduzir ainda mais os potenciais efeitos de exclusão e barreira provocados pelo Projeto, considera-se que o mesmo deverá contribuir ainda para uma maior redução do impacto cumulativo que, como anteriormente referido, já é classificado como pouco significativo”. Antes de mais, como referido anteriormente, os efeitos de exclusão e barreira não são claramente apenas “potenciais”, uma vez que se irá artificializar uma grande mancha



de território com distúrbios significativos (pelas estruturas, presença humana, compactação do solo por maquinaria, etc.). Além disso, o plano de ação para a biodiversidade parece ter sobretudo um caráter simbólico, sem um compromisso efetivo com a sua implementação. Ora vejamos:

- São definidas 9 medidas que abarcam 19 ações específicas para promover a biodiversidade no terreno
- Na ação 1 – “A01: Utilização de NbS para gestão/controlo da vegetação” – a afirmação de se recorrer a soluções baseadas na natureza (SBN) é falsa: a única solução apresentada é o “pastoreio extensivo (gado ovino)” que não é uma SBN, uma vez que não se está a promover a biodiversidade, mas apenas a introduzir uma espécie domesticada para controlar o crescimento de herbáceas. Também achamos que predomina uma linguagem ambígua e não vinculativa — com expressões como 'deve-se evitar' ou 'sempre que possível' — como se pode verificar ao se indicar que, caso não seja possível o pastoreio, optar-se-á por gestão mecânica, e “deverá ser evitado” o uso de produtos fitofarmacêuticos. O facto de assumirem uma postura de tentativa e de pouco compromisso quanto ao não uso de herbicidas, não dá qualquer confiança para que, durante a vida do projeto, não se verifique, ao longo do projeto, uma cedência progressiva que leve à adoção dos herbicidas como opção preferencial.
- Na ação 2 e 3 – “A02: Limpeza/recuperação de linhas de água” e “A03: Proteção dos charcos existentes” – não são específicas quaisquer ações apenas referindo-se o número de troços de linhas de água e charcas, mais uma vez usando uma linguagem ambígua, nada específica: “dois a quatro” troços e “uma a duas” charcas.
- A ação 8 - “A08: Promoção de recursos tróficos” – é uma não ação, uma vez que não acrescenta absolutamente nada às outras ações, apenas apontando para a deposição de matéria orgânica proveniente do não certo pastoreio por ovinos.

É referido que “o PAB foi definido tendo por base uma visão de gestão adaptativa”. Acreditamos que, pela linguagem pouco vinculativa e ambígua deste plano, durante o ciclo de vida do projeto, todas as ações preconizadas no plano, uma vez que o projeto já terá a licença ambiental/DIA favorável para operar, serão gradualmente ignoradas, fazendo-se uma “gestão adaptativa” que simplifique os processos do empreendimento que não estão diretamente ligados com o rendimento monetário.

Conclusões e sentido do parecer

Face às questões acima levantadas, a ZERO considera que não estão reunidas as condições para que este projeto seja aprovado e, deste modo, emite parecer desfavorável à emissão de uma decisão de conformidade ambiental do projeto de execução.

9 de maio de 2024

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Alexandre Manuel Miranda Pereira, C.C. 10874978 9ZW5

O projeto situado no concelho algarvio de Alcoutim estão previstas por quatro centrais solares fotovoltaicas em S.Marcos, Viçosa, Pereiro e Albercas, possui um total de 252.532 painéis solares e terá uma capacidade de produção anual estimada de 250 GWh de eletricidade, o suficiente para fornecer energia renovável a mais de 80 mil famílias e evitar a emissão de 75 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂). O Projeto consiste na instalação de uma central solar fotovoltaica de 99 MVA de potência elétrica de ligação e de uma linha elétrica de 150kV e com uma extensão de cerca de 3,89 km, que permitirá escoar a energia produzida. A CSF de Pereiro terá uma área vedada de 266,19ha e será constituída por 198 720 painéis solares fotovoltaicos, que correspondem a uma área de 53,70ha. Com este projeto, estima-se a produção anual de 269,32 GWh/ano a partir de fonte renovável. No que se refere aos antecedentes ambientais o Projeto da CSF de Pereiro, foi sujeito a Procedimento de AIA em 2018, do qual resultou uma Declaração de Impacte Ambiental Favorável Condicionada, emitida a 22 de janeiro de 2019 (procedimento de AIA 3018). O referido procedimento incluiu também a solução da respetiva Linha Elétrica de Interligação à rede elétrica de serviço público (RESP), que passava pela construção de uma LMAT, a 400 kV, com cerca de 9km, entre a subestação prevista no Projeto da central e a subestação da Central Fotovoltaica de Alcoutim (que por sua vez foi sujeita a procedimento de AIA, nº 2827, tendo obtido decisão favorável condicionada a 10/12/2015). No entanto, a inviabilidade da ligação elétrica anteriormente referida levou ao abandono dessa solução, tendo-se avançado com o desenvolvimento do projeto de execução de uma linha elétrica alternativa, a 400kV, que fizesse a interligação entre a subestação da CSF de Pereiro e a Subestação de Tavira (Subestação na qual foi atribuído pela REN o ponto de receção à Endesa). O Projeto para esta solução da LMAT teve um procedimento ambiental próprio (AIA nº 3563), e o seu âmbito incluiu também o parque de baterias BESS, não considerada anteriormente. Importa referir que, no decorrer do procedimento de AIA para a LMAT e BESS, a Declaração de Impacte Ambiental Favorável Condicionada emitida para a CSF de Pereiro caducou. Relativamente ao procedimento para a LMAT e BESS (AIA nº 3563), o mesmo obteve Decisão Desfavorável a 15/05/2024, demonstrando que na presença de aquíferos importantes para o abastecimento público na área de influência é expressamente proibido a existência de baterias com metais pesados que irão inquinar a água existente nos aquíferos, havendo coerência em chumbar novamente este projeto, pois contém Parque de Baterias – que consiste num sistema de armazenamento e estará ligado à subestação, existindo grande probabilidade da poluição dos aquíferos existentes, já tendo obtido DIA desfavorável por este motivo anteriormente.

- Produção e gestão de resíduos e efluentes: transversal a toda a fase de construção;
- Implementação das infraestruturas de drenagem de águas pluviais (transversais e longitudinais);
- Obras de construção civil para construção da subestação, edifício de comando, parque de baterias BESS;

Relativamente às Condicionantes e Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública(SRUP), verifica-se que a área de estudo coincide com: Domínio Público Hídrico, Reserva Ecológica Nacional (REN), Sobreiro e Azinheira, Perigosidade de Incêndio Rural, Marco Geodésico, Rede Elétrica, Rede Rodoviária e Infraestruturas de Abastecimento de Água.

Relativamente aos Sistemas Ecológicos, na área de estudo foram identificados os seguintes

Habitats Naturais, associados aos biótipos cursos de água natural e charcas:

- Habitat 92D0 e 92D0pt1 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio Tamaricetea e Securinegion tinctori);
- Habitat 8220pt3 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica -Biótopos de comunidades comofíticas esciófilas ou de comunidades epifíticas;
- Habitat 3120 – Charcas temporárias sobre solos arenosos em territórios de fisionomia plana. É um habitat colonizado por arrelvados anfíbios, adaptados a solos temporariamente encharcados;
- Habitat 3130pt4 – Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas com vegetação da Littorelletea uniflorae e/ou da Isoetes-Nanojuncetea;
- Habitat 3140pt1 – Águas oligo-mesotróficas calcárias com vegetação benthica de Chara spp
- Habitat 3150 – Águas eutróficas permanentes, paradas ou lentas (meios lênticos), colonizadas por comunidades dulceaquícolas, enraizadas ou suspensas na água, flutuantes ou submersas;
- Habitat 6420 – Juncais mediterrânicos, não nitrófilos e não halófilos, de solos húmidos e permeáveis com um lençol freático próximo da superfície;

“O que acontece é que as águas vêm destes cerros mais elevados escorrem por entre estas pedras até ao vale onde querem instalar os painéis. É nessa zona que mais se infiltra para alimentar o aquífero que passa aqui por baixo, um dos mais importantes da região. Ao ser removida a vegetação a percentagem de precipitação vai diminuir drasticamente uma vez que não temos matéria verde. Se não há árvores, não há chuva e a chuva que cair não tem como infiltrar-se, no seguimento da Limpeza, desflorestação (incluindo corte de sobreiro e azinheira), desmatção e decapagem, em áreas definidas no PDM de Alcoutim como:

- Espaços Agroflorestais -Áreas de Proteção;
- Espaços Agroflorestais -Áreas de Uso Múltiplo;
- Espaços Agroflorestais -Áreas Mistas.

Não faz sentido substituir sumidouros de carbono por painéis fotovoltaicos e o projeto propõe-se a cortar povoamentos de Sobreiros e Azinheiras, árvores protegidas por leis nacionais (lei de

bases das Florestas, lei da proteção dos montados, PROFs, PDMs), assim como o corte de centenas de árvores isoladas (Sobreiros e Azinheiras).

Lince-ibérico -

Observa-se ainda que a categorização originou numa elevada área de parcelas de habitat adequado para a conectividade da paisagem para o lince-ibérico, em consequência da maior representatividade de classes de uso do solo “adequadas” à utilização e/ou passagem pela espécie-alvo. Os resultados da modelação, entre os quais o cálculo do Índice de Conectividade Geral (IIC)(Quadro 9), revelam que a área de estudo analisada tem uma conectividade elevada, sendo que na situação atual (referência), o valor obtido é muito próximo de 1 (valor máximo de conectividade). Este resultado relaciona-se com as características do próprio projeto e com as ações decorrentes da operação do mesmo, nomeadamente, as características da vedação a implementar a qual, de acordo com a Memória Descritiva do Projeto, ficará suspensa a 20 cm do solo, não sendo enterrada, e não terá qualquer arame farpado ou estrutura potencialmente nociva ou que dificulte a passagem da fauna (MFWP, 2012; Trouwborst et al., 2016). Também a recuperação da vegetação, através do desenvolvimento de pastagens/prados nas áreas entre e sob os painéis fotovoltaicos, assim como a manutenção de pequenas bolsas de matos e bosquetes dentro da Central, contribuirão para que a conectividade da paisagem não sofra alterações nesta fase, mantendo-se como adequada à passagem da espécie-alvo, com a presença de habitat favorável (e.g. San Miguel 2014, Gastón et al., 2019), não estando provado cientificamente que o Lince-ibérico, sendo a espécie felina mais ameaçada do mundo e a única em perigo crítico na lista vermelha da International Union for the Conservation of Nature (IUCN), estando também classificada como Vulnerável pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, se adapte a estruturas humanizadas localizadas no seu habitat original. Verifica-se que as parcelas de ocupação do solo / habitats adequados para a conectividade geral da paisagem têm uma importância superior a 75% no seu contributo para a conectividade, na área do projeto. Este resultado é relevante no contexto regional, uma vez que, de acordo com Lynxconnect (2023), o núcleo reprodutor de Alcoutim é o núcleo para o qual se preveem maiores possibilidades de expansão, devido à vasta área disponível e onde existem elevadas densidades de coelho-ibérico, a sua principal espécie-presa. Neste contexto, de referir ainda que a utilização da área do Projeto e envolvente está atualmente confirmada, tendo sido registados vários contactos com a espécie-alvo nesta zona, no âmbito do Programa de Monitorização do Lince ibérico da Central do Pereiro (Fase 2), embora sem indícios de reprodução coincidentes com a área da CSF do Pereiro (BE, 2024a).

No que respeita ao lince-ibérico obteve-se um mapa de adequabilidade relativa com áreas preferenciais predominantemente coincidentes com a área do Projeto, assim como a noroeste e a sul/sudeste da mesma. Estas zonas coincidem genericamente com as áreas conhecidas dos núcleos reprodutores que ocorrem na região de Alcoutim (Lynxconnect, 2023), sendo a adequabilidade relativa estendida a diversos tipos de habitats, incluindo áreas de matos, sistemas agroflorestais florestas e áreas mais abertas, como zonas de prados e/ou pastagens. Excluem-se os principais vales mais declivosos associados aos principais rios existentes na região, com destaque para o rio Guadiana, a este, onde a adequabilidade relativa registou os seus valores mais baixos. Para o coelho-ibérico, foram obtidos valores de adequabilidade relativa praticamente uniformes em toda a área de estudo. Este resultado estará relacionado

com a elevada plasticidade da espécie na ocupação de diversos habitats, sendo de referir que as zonas de matos e de pastagens apresentam valores de intensidade ligeiramente superiores aos restantes. A área do Projeto apresenta, atualmente, valores médios de adequabilidade.

Avifauna -

Relativamente à águia-imperial (*Aquila adalberti*) (Figura 6) obteve-se um mapa de adequabilidade relativa com áreas preferenciais a noroeste e a sul da CFV do Pereiro. Esta última zona é coincidente com a área onde se verificam maior elevação e com o ninho identificado no decorrer de 2024 (Rosa, com.pess.). Das covariáveis estudadas verificou-se ainda que as áreas de sistemas agroflorestais (na área de estudo, maioritariamente de quercíneas) e de matos assumem uma maior importância relativa e que as áreas urbanizadas e pastagens assumem uma menor importância. A área coincidente com o Projeto assume atualmente uma adequabilidade relativa média.

No que respeita à águia-real (*Aquila chrysaetos*) (Figura 7), a zona de maior adequabilidade corresponde a uma faixa que imediatamente a noroeste da área do Projeto, que poderá coincidir com os limites do território do casal conhecido na zona (BE, 2023 [Anexo 4, Volume IV – Anexos]). Obteve-se uma maior adequabilidade relativa em áreas de matos, assim como em sistema agroflorestal; bem como áreas de maior elevação e declive. A área coincidente com o Projeto, bem como outras zonas predominantemente florestais assumem, em geral, uma baixa adequabilidade relativa para esta espécie-alvo.

Para a águia-perdigueira (*Aquila fasciata*) (Figura 8), os resultados do modelo apontam para uma maior adequabilidade relativa de habitats a sudeste-sul-sudoeste da área do Projeto, coincidente com as zonas onde se concentraram mais observações e onde ocorrem vários territórios conhecidos da espécie (BE, 2023 [Anexo 4, Volume IV – Anexos]). Não obstante, No geral, há uma adequabilidade elevada para a espécie na maioria da área de estudo, com predominância da importância das áreas de matos. A área que interceta o Projeto assume atualmente uma adequabilidade relativa média baixa.

Ressalva-se que, das covariáveis estudadas, não foi considerada a distribuição e densidade das principais espécies-presa na Península Ibérica para as 3 espécies de grandes aves de rapina (e.g. coelho-ibérico (*Oryctolagus cuniculus*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), pombos (*Columba* sp.)), sendo que este é um dos fatores que condiciona a adequabilidade de habitat para as mesmas (Margalida et al., 2007; Carrascal & Seoane, 2009; Vittorio, & López-López, 2014; Real et al., 2016). Com a implantação do Projeto e subsequente implementação dos Planos associados, entre os quais o Plano de Ação para a Biodiversidade (PAB) e o Plano de Integração Paisagística (PIP) (Anexos 10 e 14, respetivamente do Volume IV – Anexos), preconiza-se a alteração do uso do solo com predominância de vegetação herbácea com recurso a sementeiras na maioria da área da CSF mantendo-se, em simultâneo, pequenas bolsas de matos, bosquetes de quercíneas e de pinheiro-manso dentro da Central. Este mosaico e consequente aumento da disponibilidade e qualidade de alimento para espécies como o coelho ibérico e a perdiz-vermelha tornam expectável que a sua presença na área da CSF se verifique com maior frequência, o que poderá contribuir para a atratividade da área como habitat de caça para as aves de rapina.

Quanto ao peneireiro (*Falco tinnunculus*) (Figura 9), verifica-se uma adequabilidade média a elevada na generalidade da área de estudo, justificada pelo seu carácter mais generalista. Excluem-se as zonas de menor elevação no fundo dos vales que ocorrem a sul e a nordeste da área do Projeto, coincidentes com zonas onde se verifica um maior contraste no relevo, sendo que as áreas ocupadas por matos também correspondem a valores medio-baixos no mapa de adequabilidade relativa para esta espécie.

Para o chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*) (Figura 10) obteve-se um mapa de adequabilidade relativa com áreas preferenciais predominantemente a norte-este da área do Projeto. Em termos de ocupação do solo, estas zonas são maioritariamente coincidentes com áreas de matos, sistemas agroflorestais (que na área de estudo se representam maioritariamente por quercíneas). Verifica-se também alguma adequabilidade associada a áreas mais abertas como é o caso das zonas de pastagens. No lado oposto, os territórios artificializados, áreas florestais, bem como as zonas de menor elevação e mais declivosas surgem como as zonas com menor adequabilidade relativa para a espécie.

Durante as 87 horas de observação de aves de rapina e outras planadoras, foi possível registar a presença de 17 espécies de aves de rapina e 3 de outras planadoras (Quadro 7), num total de 180 contatos a menos de 1000 metros dos pontos de amostragem da Central Fotovoltaica (282 contactos no total de todas as distâncias) e 102 contactos a menos de 1000 metros do único ponto de amostragem da área controlo (192 contactos no total de todas as distâncias). Sete (7) das espécies registadas (Quadro 7) apresentam estatuto de conservação desfavorável em Portugal (Almeida et al., 2022), tendo sido todas observadas na área da Central: águia imperial (*Aquila adalberti*), com estatuto de Criticamente em Perigo (CR); abutre-preto (*Aegypius monachus*) e águia-real (*Aquila chrysaetos*), com estatuto de Em Perigo (EN); águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e peneireiro (*Falco tinnunculus*), com estatuto de Vulnerável (VU); tartaranhão cinzento (*Circus cyaneus*), com estatuto de Criticamente em Perigo (CR) para a população residente e Em Perigo (EN); e milhafre-real (*Milvus milvus*), com estatuto de Criticamente em Perigo (CR) para a população residente e Pouco Preocupante (LC) para a população invernante.

A espécie com maior índice de atividade (número de contatos) na área da Central foi águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) (Quadro 7), com um total de 54 registos (32 a menos de 1000 metros dos pontos) a partir dos pontos da Central. Na área Controlo destacaram-se águia-cobreira (*Circus gallicus*) e milhafre-real (*Milvus milvus*) como aquelas com maior índice de atividade. Verifica-se que a área Controlo tem um número médio de contatos por quadrícula mais elevado, destacando-se na área da Central 3 quadrículas cujo valor se deveu a uma única passagem de um grupo de 55 indivíduos de grifos.

No Quadro 8 é possível observar a lista de espécies com especial sensibilidade à presença de Linhas Elétricas pelo risco de colisão (Neves et al. 2005 in ICNF, 2019), bem como o número total de atravessamentos registados durante a amostragem no período reportado. Deste grupo de espécies, destaca-se águia-de-bonelli, pelo seu estatuto de conservação (VU) e, em especial, pelo número de atravessamentos muito superior às restantes espécies elencadas (Quadro 8). Destaque ainda para o número considerável de atravessamentos de grifo. As restantes espécies tiveram números residuais de atravessamentos, tendo presente o esforço de amostragem (cerca de 700 horas de amostragem da área da Linha Elétrica considerada). Destacam-se 4

espécies classificadas com algum tipo de risco de colisão (Neves et al. 2005, ICNF 2019): águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*), gavião (*Accipiter gentilis*) e cegonha-preta (*Ciconia nigra*). Assim sendo, o foco da análise foi águia-de-bonelli (tal como nos capítulos anteriores focados na atividade global), que teve cerca de 20% dos seus voos em alturas de risco de colisão.

4.1.1.2.4. Prospeção e Monitorização de ninhos

A prospeção de ninhos de grandes rapinas incidiu em duas espécies-alvo – águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e águia-real (*Aquila chrysaetos*), tendo resultado na identificação de 7 casais na época reprodutiva de 2022 (6 de águia-de-bonelli e 1 de águia-real), onde apenas 1 casal de águia-de-bonelli não teve sucesso reprodutor confirmado (Quadro 9, Figura 12); e os mesmos 7 casais em 2023, onde 3 tinham já produtividade confirmada à data de término dos trabalhos (Quadro 9, Figura 13). Dos ninhos identificados destacam-se 2 ninhos de águia-de-bonelli localizados a menos de 2km do corredor de Linha Elétrica estudado. O ninho denominado ACR3_2022 localiza-se num dos apoios de uma das duas Linhas Elétricas de Muito Alta Tensão já existentes (separadas por cerca de 100 metros na área do ninho) na área adjacente à Linha Elétrica considerada neste relatório. Este casal, juntamente com o casal do ninho denominado FPA1 (possivelmente abandonado durante a época de reprodução de 2022), deverão ser responsáveis pelo grande número de atravessamentos da espécie registados naquele troço da Linha Elétrica (Figura 7). Nota também para outros 2 casais (BTS1 e AF_VQR_2022) que poderão contribuir, até certo ponto, com alguns atravessamentos pela espécie. Quanto ao ninho de águia-real, localiza-se a nordeste da área da futura Central Fotovoltaica, a mais de 5km da mesma e a mais de 7km da extremidade noroeste da Linha Elétrica, tendo o casal da espécie sido observado a utilizar a área Controlo e a área imediatamente a norte da Central Fotovoltaica. Ainda que a espécie ocorra com menor prevalência na região, com um menor número de registos de nidificação, a prospeção teve ainda especial atenção a águia-imperial (*Aquila adalberti*), que apresenta alguma potencial de ocorrência na área, como comprovado pelas observações registadas no âmbito das outras amostragens.

Lista de espécies observadas na área do estudo:

Accipiter gentilis Açor VU

Aegypius monachus Abutre-preto EN

Aquila adalberti Águia-imperial CR

Aquila chrysaetos Águia-real EN

Aquila fasciata Águia-de-bonelli VU

Circus aeruginosus Águia-sapeira NT/NT

Circus cyaneus Tartaranhão-cinzento CR/EN

Gyps fulvus Grifo LC

Milvus milvus Milhafre-real CR/LC

Pernis apivorus Bútio-vespeiro NT

Bubulcus ibis Carraceiro VU

Ciconia nigra Cegonha-preta EN

Falco subbuteo Ógea VU Intermédio

Falco tinnunculus Peneireiro VU

Burhinus oedicephalus Alcaravão VU

Gallinago gallinago Narceja CR/LC

Larus fuscus Gaivota-de-asa-escura VU/LC

Numenius phaeopus Maçarico-galego NT

Apus caffer Andorinhão-cafre VU

Cercotrichas galactotes Solitário EN

Clamator glandarius Cuco-rabilongo NT

Emberiza hortulana Sombria VU

Lanius meridionalis Picanço-real VU

Lanius senator Picanço-barreteiro VU

Oenanthe hispanica Chasco-ruivo VU



Parecer sobre o estudo de impacto ambiental do projeto da Central Solar Fotovoltaica de Pereiro e respetiva ligação à Rede Elétrica de Serviço Público, no âmbito da consulta pública em maio de 2025

1. Introdução

Este parecer técnico tem como objetivo analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente ao projeto da Central Solar Fotovoltaica (CSF) de Pereiro e respetiva ligação à Rede Elétrica de Serviço Público. A análise baseia-se nos documentos apresentados no EIA, considerando os potenciais impactos ambientais particularmente nas espécies de morcegos, as medidas mitigadoras propostas, a avaliação de impactes cumulativos e o plano de monitorização proposto.

2. Descrição do Empreendimento

O Empreendimento em análise integra os seguintes componentes:

- Central Fotovoltaica de Pereiro com 198 720 painéis (122 MWp), com uma área de 266 hectares, vedada por vedação de dois metros de altura.
- Linha elétrica de 3,9 km a 150kV de ligação Linha de Muito Alta Tensão Viçoso-Tavira, com 14 apoios.
- Subestação e edifícios de apoio.
- Parque de baterias com capacidade de armazenamento de 97,8 MWh.
- Acessos e valas técnicas.

A área destinada aos projetos está localizada no concelho de Alcoutim, nas freguesias de Giões e União das freguesias de Alcoutim e Pereiro.

O projeto da CSF situa-se numa área de pinheiro-manso, enquanto que na área a ser atravessada pela linha elétrica predomina povoamento de pinheiro-manso, matos e povoamentos de alfarrobeira.

Parte da CSF do Pereiro localiza-se dentro do Sítio Ramsar Ribeira do Vascão (3PT030).

3. Análise da situação de referência

Morcegos: Os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos. São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo.

Os morcegos estão protegidos pelas Convenções de Bona (Decreto nº 103/80, de 11 de Outubro) e Berna (Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro), pelo Acordo sobre a Conservação das Populações dos Morcegos Europeus UNEP/EUROBATS (Decreto-Lei nº 31/95, de 18 de Agosto), constando várias espécies nos Anexos B-II e B-VI da Directiva Habitats (transposta para a ordem jurídica nacional através dos Decreto-Lei 140/99, de 24 de Abril).

A alteração profunda no habitat originada por projetos de energias renováveis e em particular, pelas centrais fotovoltaicas, pode afetar significativamente as populações existentes na região, não só devido à perda potencial de áreas preferenciais de alimentação, como da eventual diminuição de disponibilidade de presas, ou até destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

Durante a fase de operação das centrais solares fotovoltaicas é muito provável que ocorra mortalidade para a generalidade das espécies de morcegos, situação já reportada nalguns projetos similares nos EUA. Esta pode ocorrer não só nas linhas de painéis solares, como também ao nível das próprias vedações, mas desconhece-se de momento qual a magnitude que a mesma pode ter.

Quanto às metodologias usadas para a descrição da situação de referência, considera-se que a amostragem acústica entre os meses de maio e setembro é insuficiente para o estabelecimento da situação de referência de pré-construção, faltando a amostragem nos meses de março, abril e outubro. O número de pontos de amostragem (5) é também insuficiente, dada a dimensão da área em análise (>200 ha). Também não é claro qual o software utilizado na análise das gravações acústicas, nem qual a metodologia exata de análise (ex: análise das gravações por especialista; recurso a algoritmos automáticos de identificação, com posterior revisão por especialista; etc.). Referência ainda para os índices de atividade usados, que usa o número de gravações por hora e não o número de passagens por hora, que é o recomendado para parques eólicos, por exemplo.

Mais, o EIA não refere qual a área definida para a pesquisa de abrigos e não identifica diversos abrigos conhecidos na zona, nomeadamente:

- O abrigo de importância nacional Alcoutim I, onde é conhecida a presença do morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*), espécie com o estatuto de criticamente em perigo, bem como do morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), morcego-de-ferradura-pequeno (*R. hipposideros*) e morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*). Este abrigo encontra-se a menos de oito quilómetros da área projetada para a CSF e a menos de cinco quilómetros da linha elétrica.
- Outros abrigos de menor importância, onde surgem as espécies morcego-de-ferradura-grande (Mina das Caieiras), morcego-de-ferradura-pequeno (Mina das Caieiras, dezenas no Monte das Ferrarias; ambos abrigos a cerca de oito quilómetros da CSF e a cerca de cinco da linha elétrica) e morcego-hortelão-claro (*Eptesicus isabellinus*, várias dezenas na Ponte de Fortes, localizada a pouco mais de nove quilómetros da CSF).

No que diz respeito ao elenco específico, das pelo menos 11 espécies já identificadas como ocorrentes na área de influência da CSF, apenas seis estão dadas como confirmadas no EIA, quatro das quais através do trabalho de campo, as restantes duas através de referências bibliográficas. Ficaram em falta algumas espécies já referenciadas

em abrigos, como os já mencionados morcego-rato-pequeno e o morcego-de-peluche, ou outras mais comuns como o morcego-de-água (*Myotis daubentonii*), o morcego-pigmeu (*Pipistrellus pygmaeus*) e o morcego-rabudo (*Tadarida teniotis*).

4. Análise dos Impactes Ambientais

Os **impactes negativos identificados** referem-se ao **efeito de exclusão** e à **perturbação** potencialmente agravada pelo reflexo originado pelos painéis fotovoltaicos, ambos considerados como de **magnitude baixa** e **pouco significativos**. Não é avaliada a mortalidade potencial provocada pelas estruturas da CSF, nem a eventual perda de habitat.

De acordo com a escassa bibliografia disponível sobre mortalidade de morcegos em CSF, esta afeta aparentemente todos os tipos de espécies (cavernícolas, fissurícolas, arborícolas, voo alto, voo baixo, etc.), não se conhecendo exatamente qual a magnitude da mesma. Recorde-se que na área de influência está confirmada a ocorrência de uma espécie com o estatuto de criticamente ameaçado (morcego-rato-pequeno) e a ocorrência potencial de espécies com estatuto em perigo (morcego-de-ferradura-mourisco e/ou morcego-de-ferradura-mediterrânico).

Para além disso, os impactes reais serão ainda mais significativos, devido ao número muito elevado de projetos de energias renováveis previstos para a região referidos no documento, como é o caso de outras CSF (**sete**), LMAT (**cinco**) ou mesmo de parques eólicos (**dois** - estes ainda em fase de AIA), pelo que se estranha a ausência de avaliação de impactes cumulativos para os morcegos. De referir ainda que as vias de comunicação existentes, podem também causar mortalidade sobre os morcegos, em particular de espécies de voo mais baixo, pelo que também devem ser tidas em conta na avaliação da mortalidade.

5. Análise das Medidas de Mitigação

Considera-se uma falha muito grave a inexistência de medidas de mitigação ou compensação para os morcegos, nomeadamente ao nível da perda de habitat na região envolvente ou mesmo em áreas afetadas ao projeto, não ocupadas por infraestruturas, e de minimização do eventual efeito barreira, como por exemplo a criação de novas áreas florestais com sobreiros e outras folhosas autóctones, prados naturais, estabelecimento de corredores ecológicos entre núcleos de painéis solares, etc.

6. Análise do Plano de Monitorização

O EIA não considera a implementação de planos de monitorização para os morcegos.

7. Conclusão e Recomendações

A descrição da situação de referência do grupo dos morcegos é aceitável tendo em conta os objetivos propostos, mas considera-se que deveria ter sido mais robusta, nomeadamente ao nível do período de amostragem (março a outubro e não apenas de

maio a setembro), do número de pontos de amostragem e da área de prospeção/monitorização de abrigos (raio de 10km ao redor da CSF).

No EIA, a avaliação de impactos deve incluir a mortalidade e alteração de habitat.

No EIA, a análise cumulativa dos impactos deve avaliar para a fase de exploração, os impactos potenciais dos diferentes projetos de energias renováveis existentes ou em avaliação na área de influência da CSF, para além da mortalidade potencial nas vias de comunicação. Esta deverá ter em consideração que o abrigo Alcoutim I próximo contém um elevado número de morcegos-rato-pequeno (*Myotis blythii*), uma espécie Criticamente Ameaçada, com o estatuto de conservação mais elevado da Classificação usada nas Lista Vermelha da IUCN. Esta espécie encontra-se em declínio acentuado e contínuo do número de subpopulações, do número de indivíduos e da área de ocupação. É uma espécie considerada muito frágil e que por ser colonial nas épocas de hibernação ou reprodução torna-a muito sensível a problemas que possam ocorrer nos poucos abrigos que ocupa. Também consta nos anexos B-II e IV da Diretiva Habitats, pelo que de acordo com o respetivo diploma legal, é proibido “deteriorar ou destruir os locais ou áreas de reprodução e repouso dessas espécies”. Ademais, são muito poucos os abrigos conhecidos desta espécie e localizam-se na região do Algarve ou de Trás-os-Montes.

No EIA, recomenda-se que sejam implementadas medidas de mitigação de perda de habitat e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos. **Recomenda-se também que sejam implementadas medidas de compensação direcionadas para o morcego-rato-pequeno**, nomeadamente para a promoção de áreas de alimentação adequadas para a espécie, para compensar a elevada área afetada pelos projetos de energia solar fotovoltaica e eólica existentes e projetados para a zona.

Deverá ser implementado um **plano de monitorização para os morcegos**, que complemente a falta de alguns dados na situação de referência, e se prolongue pelos três primeiros anos de exploração da CSF. Este plano deve incluir a avaliação de alterações na comunidade dos morcegos da região (diversidade e atividade, quer na área da CSF como em abrigos) e a eventual mortalidade com as infraestruturas do projeto. A monitorização da mortalidade potencial de morcegos deverá ser realizada nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de Março a Outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção). No que diz respeito ao abrigo Alcoutim I, este terá de ser alvo de monitorização frequente, para quantificação do número de morcegos-rato-pequeno que o ocupam e da sua diminuição ou manutenção ao longo de um período mínimo de cinco anos. Também deverão ser recolhidos dados individuais sobre a sobrevivência e condição corporal destes morcegos, por exemplo usando anilhagem de indivíduos. Também consideramos que uma avaliação precisa dos impactos induzidos pelo número elevado de projetos de energias renováveis terá que considerar o radio-seguimento (telemetria) de indivíduos desta colónia de morcegos. Apenas deste modo se poderá avaliar com maior certeza, qual o real impacto no efetivo populacional desta espécie criticamente ameaçada e que se encontra em declínio em todo o país.